



plano estratégico

para as áreas de
baixa densidade do algarve



volume 01



coordenação geral:

Miguel Freitas

equipa técnica:

Fernando Martins dos Santos (Coordenação e redacção)
Filomena Coelho
Patrícia Martins
Rosalina Venâncio

colaboração:

Agência de Desenvolvimento Regional - GLOBALGARVE
Associação ALCANCE
Associação IN LOCO
Associação ODIANA
Associação VICENTINA
Associação de Municípios do Algarve
Coordenação da Medida Emprego e Desenvolvimento Social do PROALGARVE
Direcção Regional de Agricultura do Algarve
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve
Direcção Regional de Economia do Algarve

apresentação

Há cerca de cinquenta anos, João Maria Cabral, engenheiro agrónomo e então director do Posto Agrário do Sotavento Algarvio (Tavira), descrevia a vida de miséria dos seareiros da Serra algarvia, afirmando num seu relatório que "só por milagre se pode viver bem onde se trabalha mal!"¹

A problemática do desenvolvimento do Algarve serrano ocupou e preocupou gerações de técnicos e de políticos. No princípio do século XX, alguns dos relatórios apresentados no final das licenciaturas em engenharia agrónómica e florestal reflectiam já sobre esta problemática e apontavam soluções que ficaram sempre aquém das iniciativas políticas que, ao longo dos anos, foram sendo adoptadas. A campanha do trigo e o fenómeno emigratório dos anos 60 desestruturaram com profundidade a realidade económica, social e ambiental do Algarve interior.

A inserção de Portugal na União Europeia e as novas disponibilidades associadas aos diversos planos e programas que foram sendo elaborados permitiram amadurecer estratégias, metodologias, tipologias de investimentos e modalidades de animação destas áreas, as quais registam dinamismos sociais e económicos frágeis.

A questão do desenvolvimento destes territórios tem-se colocado, perversamente, apenas a partir de um inventário dos recursos disponíveis. Este levantamento, realizado com recurso a instrumentos e a valores normalmente associados a outras realidades, eventualmente urbanas, tem redundado em propostas de programas pouco ajustadas às características locais e às dinâmicas sociais. Não podem, por isso, cumprir, de forma sustentada, um papel activo na revitalização dessas comunidades.

A perspectiva que se impõe, cada vez com maior expressão, parte da concepção de que cada território não é só definido pela presença ou ausência (?) de recursos, mas principalmente pela capacidade que pode associar à valorização dos recursos que efectivamente dispõe. O problema não é quantitativo, reflectido apenas num maior ou menor volume de determinado recurso (ou recursos). A chave passa por acrescentar capacidades e competências aos recursos efectivamente existentes, reconhecendo-se que estes são globalmente diferenciados e específicos dos territórios onde se manifestam.

¹ CABRAL, João – "O Seareiro algarvio e as características do meio em que trabalha (1948)", ALGHARB, Estudos Regionais, Faro, 1986, 115-124

Quer isto dizer que não há territórios estruturalmente "pobres" em contraponto a outros, reconhecidamente "ricos". Todos os territórios têm os seus recursos próprios e a questão resume-se em encontrar as modalidades adequadas capazes de valorizar esses recursos, de dinamizar as comunidades que têm a responsabilidade da sua gestão e de qualificar o conjunto complexo dessa mesma intervenção.

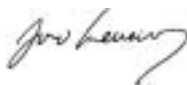
Esta é a concepção que suporta o presente Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade.

Ultrapassada que está a fase do investimento público, de acordo com tipologias pouco ajustadas a realidades deste tipo, e esgotada que está, também, o apoio às actividades económicas, enquadrado numa perspectiva que recorre a padrões de intervenção vulgarizados noutras paragens, caberia conceber um quadro diferente. Quadro esse que permitisse explorar recursos entretanto marginalizados, que optasse por incorporar conhecimento e capacidades de transformação, que garantisse a perenidade dos sistemas produtivos e que contribuísse para diferenciar o quadro territorial assim definido.

Este Plano Estratégico, validado e alterado após dois anos de percurso, traduz justamente essa perspectiva. Concilia valorizações temáticas com formação, adopta modelos de intervenção que apelam à conciliação entre a tradição e a modernidade, recupera a história local e promove a projecção externa.

Trata-se de um percurso, esboçado já no passado na prática de algumas associações de desenvolvimento local, que permitiu testar novos caminhos e abrir percursos promissores com vista à valorização territorial.

As contribuições dos diversos agentes algarvios com intervenção nestas áreas tornaram a sua elaboração mais complexa, mas, em contrapartida, emprestaram coerência, exequibilidade e estratégia ao Plano.



João Guerreiro

Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Agosto 2002

1. Introdução	5
2. Inserção na estratégia regional	8
3. Caracterização das Áreas de Baixa Densidade e análise SWOT	11
3.1. Área geográfica de intervenção	14
3.2. Análise SWOT	16
4. Quadro estratégico de intervenção	18
5. Preparação do Plano Global de Intervenção	24
5.1. Pressupostos	26
5.2. Plano Global de Intervenção	27
5.2.1 Programa PROLOCAL	
Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve	29
5.2.2. Programa PRESTÍGIO	
Projectos Estruturantes de Valorização do Interior do Algarve	40
5.2.3. Programa SOFIA	
Redes de Inovação e Conhecimento	49
6. Quadro financeiro indicativo e plano de investimentos	53
7. Complementaridade de instrumentos	55
8. Coordenação e Avaliação	55



1. introdução

O documento traduz o resultado da reflexão e da participação de vários parceiros no desenho de um Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade da Região do Algarve, envolvendo a Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, a Direcção Regional de Economia, a Coordenação da Medida Emprego e Desenvolvimento Social do PROALGARVE, a Associação de Municípios do Algarve, as Associações de Desenvolvimento Local do Algarve – Alcance, In Loco, Odiana e Vicentina e a Agência Regional de Desenvolvimento – Globalgarve, sob a coordenação da Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

- 1.1. A evolução da economia regional e o previsto alargamento da União Europeia terão como consequência para o Algarve, a partir de 2006, que a região possa deixar de figurar no quadro das regiões europeias prioritárias em termos das ajudas comunitárias. Sendo muito díspares os índices de desenvolvimento económico e social entre o interior e o litoral do Algarve, está em causa a oportunidade de desenvolver com os meios disponíveis, no horizonte 2000-2006, os mecanismos de apoio ao desenvolvimento rural e local dinamizadores de uma economia sustentável e que melhore o quadro de vida das populações.
- 1.2. O Programa Operacional Regional – PROALGARVE, identifica no seu Eixo 2, uma Medida destinada à revitalização de áreas de baixa densidade, que no Algarve representam mais de 2/3 do território regional. Trata-se de uma Medida que assume uma natureza de base territorial, destinada ao apoio a intervenções complementares ao investimento municipal e sectorial e que pretende assegurar a convergência e coerência às múltiplas iniciativas vocacionadas para a valorização do binómio recursos/território.
- 1.3. A conveniência em garantir uma política integrada de desenvolvimento sustentável justifica a elaboração de um Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade, que se deve constituir como um instrumento útil para os órgãos da administração pública e para as entidades privadas de intermediação responsáveis por acções orientadas para o desenvolvimento. Reconhece-se como fundamental levar à prática acções coordenadas em domínios fundamentais ao desenvolvimento, como os que associam as intervenções orientadas para o desenvolvimento e a dinamização económica, com a concretização das infra-estruturas essenciais e a melhoria das condições de vida das populações.
- 1.4. Considerando que a experiência demonstra a vantagem das intervenções cujo conteúdo além de fortemente territorializado se baseia em conjuntos consistentes e articulados de acções, e que só uma estratégia que integre um elevado número de iniciativas e projectos locais permite responder de maneira coerente às necessidades identificadas no território constituído pelas áreas de baixa densidade, conclui-se que:
 - a) Deverá prosseguir-se uma intervenção no domínio do desenvolvimento local no sentido de que o QCA III proporcione um valor acrescentado para que o desenvolvimento se processe de modo equilibrado e se atenuem as assimetrias regionais. Para tal, torna-se indispensável uma maior coordenação das intervenções dos fundos estruturais e de outros instrumentos comunitários, como as Iniciativas Comunitárias LEADER + e INTERREG III.
 - b) A fim de facilitar a coordenação, evitar a dispersão de instrumentos e a complexidade administrativa, construiu-se para as áreas de baixa densidade um Plano Estratégico, incorporando as virtualidades das experiências passadas, identificando os grandes projectos estruturantes tratando-os de acordo com a sua especificidade, assegurando a integração das abordagens multissetoriais mobilizadoras dos diversos actores para o trabalho em rede e que aglutine a vontade de desenvolvimento sustentado do espaço regional.
 - c) A abordagem nas áreas de baixa densidade deve encarar acções estruturadas para o período de programação, privilegiando-se uma interpretação espacial das medidas e das acções que corporizam a estratégia. Assim sendo, o modelo de intervenção deverá sempre que possível basear-se na promoção de projectos estruturantes e de áreas estratégicas de desenvolvimento onde se identifique uma clara coerência entre objectivos, projectos e acções que assegurem expressão às intervenções previamente seleccionadas e hierarquizadas.

esquema de elaboração do plano estratégico

plano estratégico para as áreas de baixa densidade do algarve

Inserção
na Estratégia
de Desenvolvimento
Regional

Objectivos Gerais

Objectivos Específicos

Quadro Estratégico de
Intervenção

PLANO GLOBAL DE INTERVENÇÃO

- Programas e Medidas
- Articulação objectivos/acções
- Quadro financeiro previsional
- Metodologia de preparação dos Planos de Acção

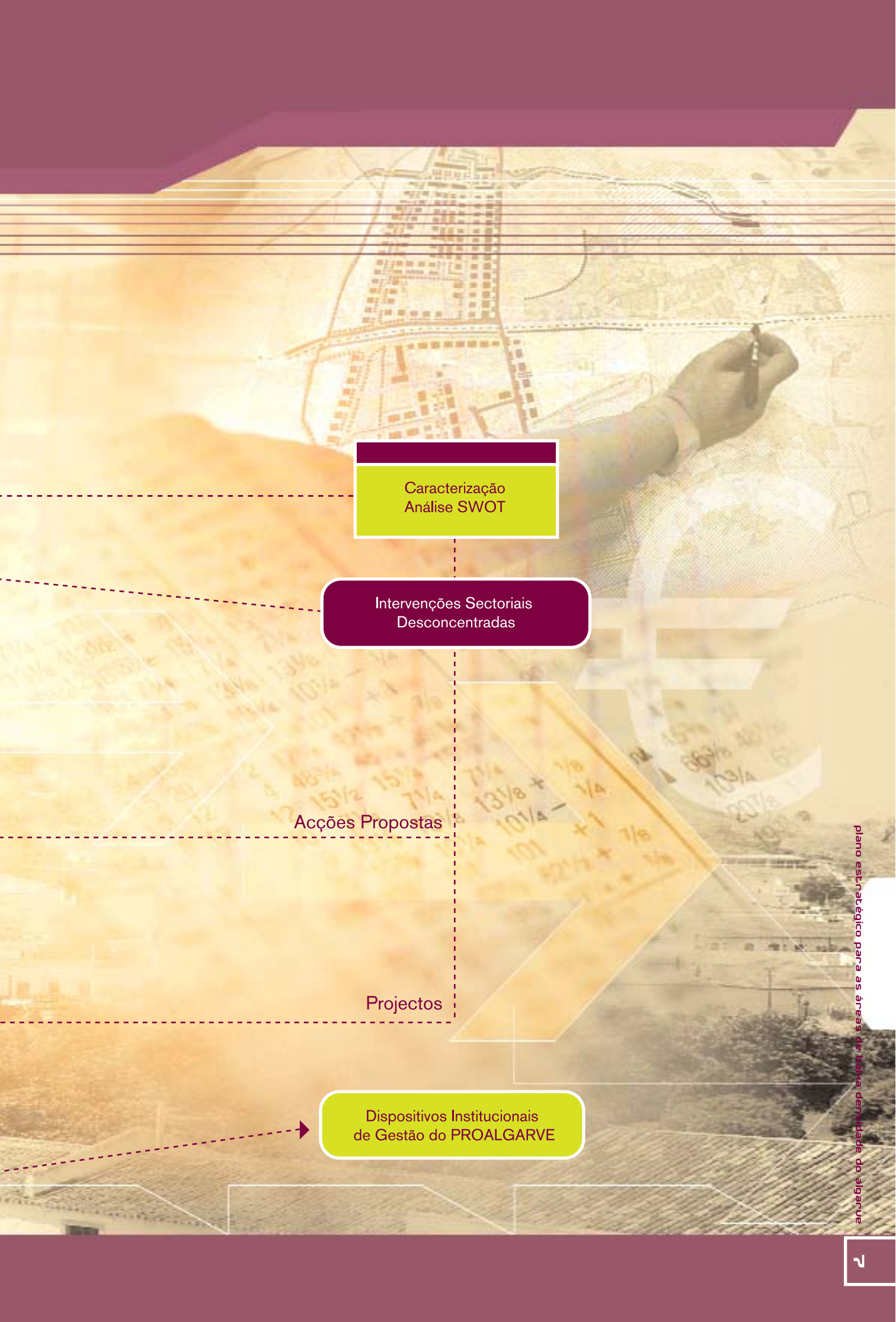
Planos de Acção
Aldeias do Algarve, Redes

Planos de Financiamento

Sistema de Informação

Coordenação e Avaliação

Articulação



Caracterização
Análise SWOT

Intervenções Sectoriais
Desconcentradas

Acções Propostas

Projectos

Dispositivos Institucionais
de Gestão do PROALGARVE



2.

inserção na estratégia regional

2. inserção na estratégia regional

A **estratégia regional, centrada no complexo de actividades do turismo/lazer**, visa nomeadamente a competitividade territorial e o reforço da coesão social, onde se incluem intervenções consistentes para sustentar o mosaico de actividades dos espaços rurais.

A transformação acentuada da vocação económica do Algarve nas últimas décadas andou a par com importantes mutações do modelo territorial, sendo visível uma redução dos dinamismos socio-demográficos e económicos de diversos espaços não integrados no Litoral – áreas de actividade agrícola que ocupam zonas do Barrocal e outras áreas de ruralidade intensa predominantemente localizadas na serra algarvia.

Por esse motivo, o novo modelo de desenvolvimento estratégico, integrando no complexo turismo/lazer actividades tradicionalmente afastadas da cadeia de valor do turismo, faz o enfoque, no caso das zonas de baixa densidade, nos recursos urbanos do barrocal e da serra, na valorização da cultura e do património, na fixação de equipamentos estruturantes e serviços de proximidade e, também, no enriquecimento das produções tradicionais, como elementos de um produto turístico compósito que faz apelo à história e culturas locais, às vivências urbanas e ao modo de ser e estar das comunidades do interior.

As intervenções a realizar nos espaços de baixa densidade enquadram-se na estratégia regional, desde logo como recurso desta, mas também como beneficiárias de políticas públicas preocupadas com a correcção de assimetrias estruturais que comprometem, quer a competitividade do território como um todo, quer a coesão social da Região.

A formulação de intervenções para a valorização destes espaços e para a preservação da riqueza da biodiversidade que os mesmos albergam, pressupõe um encontro criativo entre a lógica da **competitividade territorial** das zonas de baixa densidade e a lógica de integração de dinâmicas de actividade entre o Litoral e o Interior.

Na óptica do **reforço das relações intersectoriais**, o complexo de actividades do turismo e do lazer deve suscitar dinâmicas de actividade directas, indirectas ou induzidas num leque alargado de produções, nomeadamente a produção e a transformação de produtos agrícolas e outros característicos dos meios rurais, e a qualificação dos espaços rurais com a diversificação dos pontos de interesse turísticos.

A articulação do turismo com outras actividades (agricultura, indústria e serviços, cultura e património) configura-se como o elemento chave no reforço da cadeia de valor com base na diferenciação dos produtos e na sua integração. A dinamização do mosaico de actividades do mundo rural deve ampliar os efeitos resultantes das intervenções da política agrícola e de desenvolvimento rural, num quadro de multifuncionalidade.

Em síntese, as intervenções pressupõem uma lógica de complementaridade entre os espaços, de integração das dinâmicas de actividade entre o litoral e o interior, e de promoção da integração social e económica das populações que vivem nos meios rurais através de acções centradas, por um lado, em infra-estruturas e serviços de apoio à actividade económica e, por outro, em equipamentos de carácter social de apoio às populações e de animação sócio-cultural.

A consolidação do complexo de actividades do turismo e do lazer significa que a prioridade nos investimentos se deve orientar, em simultâneo, para a diversificação do produto turístico regional, para a preservação dos recursos naturais e culturais, para a valorização das produções tradicionais e para a promoção da integração social e económica das populações que vivem em meios rurais.

destacam-se os seguintes objectivos gerais:

- Dinamizar a estrutura sócio-económica, atraindo investimentos e gerando riqueza e valor acrescentado em actividades tradicionais e em actividades que ampliem, diversifiquem e modernizem a base económica;
- Atenuar a tendência de desertificação e de abandono das zonas de baixa densidade, e contrariar a tendência de envelhecimento da população;
- Promover a utilização sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio do mundo rural, como garantia de conservação da paisagem e da natureza;
- Executar infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, completando acessibilidades e promovendo a implantação de áreas de localização e apoio à actividade produtiva;
- Estruturar e desenvolver o sistema urbano, reforçando a atractividade dos núcleos urbanos;
- Qualificar os recursos humanos, nas actividades tradicionais e nos serviços de proximidade e promover a formação de activos e de agentes de desenvolvimento.





3.

caracterização das áreas de baixa
densidade e análise swot

3. caracterização das áreas de baixa densidade e análise swot

As áreas de baixa densidade correspondem tradicionalmente às zonas conhecidas por **Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Guadiana**, onde predominam fortemente as características de ruralidade que se traduzem em densidades populacionais inferiores às médias da região e do País, com a população a diminuir à mais de 20 anos, com índices de envelhecimento em crescimento acentuado e emprego agrícola bastante acima das médias nacional e comunitária.

A valorização integrada desses vários sub-sistemas surge como um forte elemento da promoção da competitividade territorial, onde se devem destacar a necessidade de reforço da atractibilidade dos eixos **Sagres - Aljezur - Monchique - Odemira, Silves - SB Messines - Alte - Salir - Querença - São Brás - StªCatarina - Cachopo - Martinlongo** e, também, **Vila Real de Stº António - Castro Marim - Alcoutim - Mértola**.

A Ocidente, o alargamento das influências atlânticas e meridionais originou a existência de paisagens e modos de vida diversificados o que constitui uma riqueza natural da zona. O facto de ser considerada uma das zonas menos adulteradas nos seus aspectos naturais a nível europeu, determinou a criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Porém, nele coexistem zonas agrícolas de forte ruralidade, com zonas intensamente urbanizadas na costa Sul, particularmente junto a Lagos, centro urbano que se afirma pelo seu dinamismo sócio-cultural no contexto regional.

A referência central da Costa Vicentina diz respeito ao valor patrimonial e cultural de Lagos e dos lugares históricos ligados aos descobrimentos portugueses, como Sagres e S. Vicente, que associam "inevitavelmente" esta parcela da área de intervenção à reflexão sobre os oceanos. Haverá pois que valorizar a componente cultural, científica, ambiental e turística, associando-se ao interesse simbólico destes lugares que têm demonstrado capacidade de atracção de importantes fluxos de visitantes. As aldeias piscatórias surgem, aqui, como elemento fundamental na estruturação e atractibilidade deste espaço sub-regional.

No quadro da actual estratégia em torno do turismo/lazer, importa avaliar as actividades económicas que se têm mantido tradicionalmente com alguma expressão na **Costa Vicentina**, sendo de referir, neste contexto e no quadro do Programa de Ordenamento do Parque Natural, a necessidade de compatibilizar as actividades tradicionais, com novas iniciativas por forma a assegurar a possibilidade de retenção da população nos meios rurais como único garante da conservação da paisagem.

Na parte Oriental do Algarve, maioritariamente uma zona rural em declínio, de forte emigração e actividades predominantemente ligadas à terra, com fracos rendimentos, importa também destacar algumas especificidades associadas ao rio Guadiana, particularmente a zona do litoral em torno do centro urbano de Vila Real de Santo António que, tradicionalmente mais dinâmica, apresenta actualmente uma das piores situações ao nível do emprego e da qualificação dos recursos humanos da região, fruto do declínio das suas actividades tradicionais.

A utilização do Rio **Guadiana** como elemento integrador dessa área é um eixo fundamental na construção de uma base económica de cooperação transfronteiriça. A integração territorial, a coesão social e a competitividade económica deste sub-sistema no espaço regional apresentam-se fortemente associadas à possibilidade de (re)construir relações económicas de duplo sentido entre o litoral e o interior, em que o turismo de interior terá um papel dinamizador. O rio constitui-se como o elemento chave na definição de um modelo de desenvolvimento alternativo para o eixo fronteiro que vai de Vila Real de Santo António para além de Mértola.

A estruturação do **sub-sistema Serra/Barrocal** pressupõe a criação de condições de vida atractivas para residentes actuais e futuros e a criação de estruturas de acolhimento e estada ajustadas a um turismo alternativo suportado nos recursos do Barrocal e da Serra e nos valores associados à ruralidade de algumas aldeias.

Para além destes espaços estratégicos, é importante tirar partido das condições naturais da bacia do Rio Arade e da sua ligação ao mar, das potencialidades oferecidas pelos núcleos urbanos que ladeiam as suas margens, particularmente Portimão, Silves e Lagoa, e do património natural e edificado. Esta área pode ser dinamizada com vantagens em termos ambientais e de ordenamento territorial, com benefícios evidentes para os agentes económicos e para as populações.

A bacia do Arade abrange parte dos concelhos de Portimão, Lagos, Silves e Monchique e é um espaço capaz de, não só ampliar o actual pólo de atracção turística, diversificando-o, como potenciar a criação de produtos específicos e de nichos de mercado concretos. Trata-se de uma bacia hidrográfica que tem sido alvo de transformações decorrentes da execução de projectos hidráulicos de grande dimensão (barragens do Arade e Funcho) e previstos a médio prazo (barragem de Odelouca).

A zona em questão está estruturada em torno de uma das áreas de significativo interesse ambiental, detentora de ampla biodiversidade, vastas e expressivas paisagens de cunho mediterrânico e atlântico.

Em suma, a baixa densidade populacional e o isolamento permitiram nesta zonas a preservação dos recursos naturais, do património paisagístico natural e construído, da riqueza cultural e etnográfica, pelo que as zonas de intervenção evidenciam um conjunto variado de potencialidades baseado no aproveitamento dos recursos endógenos. A utilização sustentável destes recursos, o suporte à actividade produtiva e o lançamento de iniciativas de revitalização sócio-económica podem concorrer para a fixação de recursos humanos locais e exógenos, para o reforço do emprego e para gerar riqueza com base numa estratégia integrada de pluriactividade. A biodiversidade existente e a paisagem no seu estado mais preservado formam esta área cada vez mais procurada para tipos de turismo alternativos e mais sensibilizados para a conservação dos valores.

Os investimentos em infra-estruturas levados a cabo, nas últimas duas décadas, nestas zonas do Algarve, que produziram algumas melhorias na redução da perifericidade e nas condições de base que influenciam a capacidade de fixação da população, deverão ser complementados com intervenções que dêem maior atenção às condições de criação de pequenas iniciativas de investimento privado, apoiando-as no sentido da modernização da competitividade e da estabilidade dos níveis locais de emprego.

plano estratégico para as áreas de baixa densidade do Algarve



Quando se justifique, poderão ficar abrangidas em acções integradas específicas, no âmbito da criação de redes temáticas ou funcionais e da renovação urbana, outras freguesias limítrofes situadas fora das Áreas de Baixa Densidade.



3.2 análise swot

pontos fortes

- Aménidade do clima
- Constituição de reservas hídricas para garantia de abastecimento público (Odeleite, Beliche, Funcho, Bravura, e no futuro Odelouca)
- Existência de instrumentos de ordenamento e de defesa e preservação das áreas sensíveis (Rede Natura 2000, PROT, PDM's, REN, RAN)
- Recursos naturais disponíveis para suportarem actividades de pequena escala associadas ao mundo rural
- Grande diversidade da paisagem
- Algumas dinâmicas positivas de desenvolvimento endógeno em alguns centros urbanos do interior
- Centros urbanos atractivos, com núcleos antigos e centros históricos
- Boas condições para a valorização de plantas condimentares e aromáticas e produtos de origem biológica
- Investimento nas actividades turístico-imobiliárias
- Existência de Redes Regionais de Emprego abrangendo todo o território regional (Plano Nacional de Emprego)
- Existência de agências de desenvolvimento regional e associações de desenvolvimento local
- Existência de um rico património arqueológico

pontos fracos

- Desequilíbrios territoriais e marginalização da serra algarvia
- Baixos índices de desenvolvimento sócio-económico nas freguesias da serra
- Exiguidade do mercado permanente regional e forte sazonalidade da procura
- Ausência de ordenamento agro-florestal e cinegético
- Edificação dispersa não estruturada
- Atraso na elaboração de planos de urbanização e de pormenor
- Inexistência de IC's poente e nascente de acesso à região (IC4 e IC27)
- Deficiente qualidade de alguns troços da rede viária regional e municipal
- Eixos intra-regionais longitudinais incompletos (Via do Infante e Via Transversal Serrana – EN267)
- Degradação de alguns espaços
- Pequena dimensão empresarial não suprida por formas de associativismo cooperativo ou outras
- Reduzida capacidade de investimento nas zonas do interior
- Insuficiente dinamismo empresarial na apresentação de candidaturas de projectos aos sistemas de incentivos
- Fraca estruturação das redes de comercialização associadas aos produtores regionais
- Falta de qualificação da mão-de-obra
- Concorrência da procura de mão-de-obra para os sectores do alojamento e restauração e serviços ligados ao turismo
- Reduzida formação para apoio à criação e desenvolvimento de empresas
- Aumento do índice de envelhecimento da população
- Reduzido número de equipamentos para apoio a idosos

oportunidades

- Áreas classificadas de protecção da natureza: Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano e Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila real de Santo António
- Plano de bacia hidrográfica das ribeiras do Algarve e do Guadiana em elaboração
- Elevada biodiversidade dos sistemas naturais
- Possibilidade de criar produtos turísticos alternativos associados ao ambiente
- Crescente motivação para preservar os valores patrimoniais e naturais do mundo rural (cultura, recursos, ambiente) através da sua valorização económica
- Inserção do património histórico / arqueológico e dos centros históricos nos circuitos turísticos
- Elevado potencial endógeno do mundo rural
- Potencial do turismo como veículo de promoção externa da região e dos produtos regionais
- Explorações agrícolas assentes na integração de rendimentos não exclusivamente agrícolas
- Existência de mercado para produtos regionais e produtos de origem biológica
- Áreas de investimento potencial associadas ao ambiente
- Valorização dos recursos endógenos
- Serviços de proximidade e apoio social

ameaças

- Erosão costeira, nas áreas de maior dinâmica, afectando as praias e as arribas na Costa Vicentina
- Impacte da barragem do Alqueva no Baixo Guadiana
- Perda de qualidades cénicas de zonas cuja paisagem foi ou está a ser afectada (pedreiras, cursos de água, depósito de lixos, entre outros)
- Condições propícias à propagação de incêndios florestais nos períodos em que se conjugam elevadas temperaturas e ausência de humidade
- Contaminação dos aquíferos devido ao uso crescente e inadequado de pesticidas e fertilizantes e à ausência de tratamento de alguns efluentes
- Eventual contaminação das linhas de água e albufeiras a jusante, por ausência de tratamento eficaz dos efluentes da suinicultura
- Desertificação humana de parcelas significativas do interior
- Fraca dinâmica demográfica e/ou estrutura etária envelhecida no interior, e particularmente nas cidades de Silves, Loulé e Vila Real de Sto. António
- Desertificação paisagística por insuficiência de medidas de política contra as consequências da seca
- Declínio da agricultura tradicional mediterrânica por envelhecimento da população e ausência de inovação
- Concorrência de outros mercados, nomeadamente da Andaluzia
- Excesso de regulamentação administrativa nas actividades económicas
- Ausência de flexibilidade dos instrumentos de ordenamento do território, condicionando a localização de novas actividades



4.

quadro estratégico de intervenção

4. quadro estratégico de intervenção

Tendo presente a estratégia regional e o conjunto dos objectivos gerais para as Áreas de Baixa Densidade, identificam-se três grandes eixos de intervenção que compõem o Quadro Estratégico de Intervenção para a referida sub-região.



A dinamização sócio-económica pressupõe o reforço e a diversificação da base produtiva, assente na valorização do património natural e na utilização dos recursos endógenos, e comporta um esforço adicional em infra-estruturas e equipamentos básicos nas zonas do interior, com vista a proporcionar condições que mantenham os trabalhadores nos seus locais de residência, fixem população jovem e atraiam iniciativas empresariais. A mobilização do potencial de desenvolvimento local envolve também intervenções acrescidas no âmbito da qualificação dos recursos humanos e da organização dos produtores e dos agentes locais.

A filosofia de intervenção nestas áreas aponta para uma intervenção devidamente articulada entre diferentes instrumentos, quer do PROALGARVE, quer das Intervenções Operacionais Sectoriais nacionais e, ainda, com as Iniciativas Comunitárias, em particular, o LEADER e o INTERREG.

Desde logo, é necessário perceber que o Eixo 2 consubstancia uma intervenção diversa e complementar aos investimentos municipais e intermunicipais do Eixo 1, nomeadamente, em relação às Medidas 1 (Infra-estruturas de Requalificação Territorial) e 4 (Acções Específicas de Valorização Territorial).



Embora se reconheça que as restantes Intervenções Desconcentradas também incidem directa ou indirectamente na Área de Baixa Densidade (particularmente a medida de acessibilidades e transportes que insere na tipologia de projectos a requalificação de estradas nacionais e regionais, visando garantir a estruturação do sistema urbano principal e contribuir para a organização das respectivas áreas envolventes), elegeram-se alguns sectores, como a agricultura, a economia, o emprego e o ambiente, como sendo aqueles que mais influenciam as dinâmicas de desenvolvimento consubstanciadas na estratégia anteriormente apresentada.

Por isso, para a estruturação dos objectivos específicos do Plano Estratégico teve-se em consideração os objectivos inseridos nas Intervenções Sectoriais Desconcentradas do PROALGARVE, em virtude das características próprias dessas Intervenções, a par da sua articulação directa com os objectivos específicos das Medidas 1 e 4 do Eixo 2 do PROALGARVE, e o impacte sobre as actividades e sobre os recursos territoriais e humanos de suporte.

Existem alguns projectos não integrados na componente desconcentrada do PDR 2000-2006 que, pela sua natureza estruturante para as zonas da periferia da região, são também essenciais à concretização da estratégia. São os casos, por exemplo, de projectos no domínio das acessibilidades (**Ponte Alcoutim – San Lucar, navegabilidade do rio Guadiana, navegabilidade do Rio Arade, IC27 e IC4 , conclusão da VLA**) e do ambiente (gestão dos recursos hídricos do **Guadiana – Plano de Bacia Hidrográfica**, gestão dos recursos hídricos do **sistema Odelouca-Arade**). Este tipo de projectos deve ser objecto de forte articulação sectorial e a sua concretização não poderá deixar de ter na sua base um forte compromisso entre as entidades públicas responsáveis pela execução no âmbito do QCA III.

Pela sua natureza são projectos que devem ser particularmente acompanhados pela estrutura de gestão do PROALGARVE, no sentido de encontrar com os sectores envolvidos os **mecanismos de articulação, complementaridade e sinergia**, que levem à concretização dos objectivos fixados para a região.

O quadro seguinte apresenta os objectivos específicos dos Eixos 2 e 3 do PROALGARVE que mais forte relação possuem com os objectivos gerais identificados no âmbito da estratégia para as Áreas de Baixa Densidade. Elegemo-los, assim, como os objectivos específicos deste Plano Estratégico.

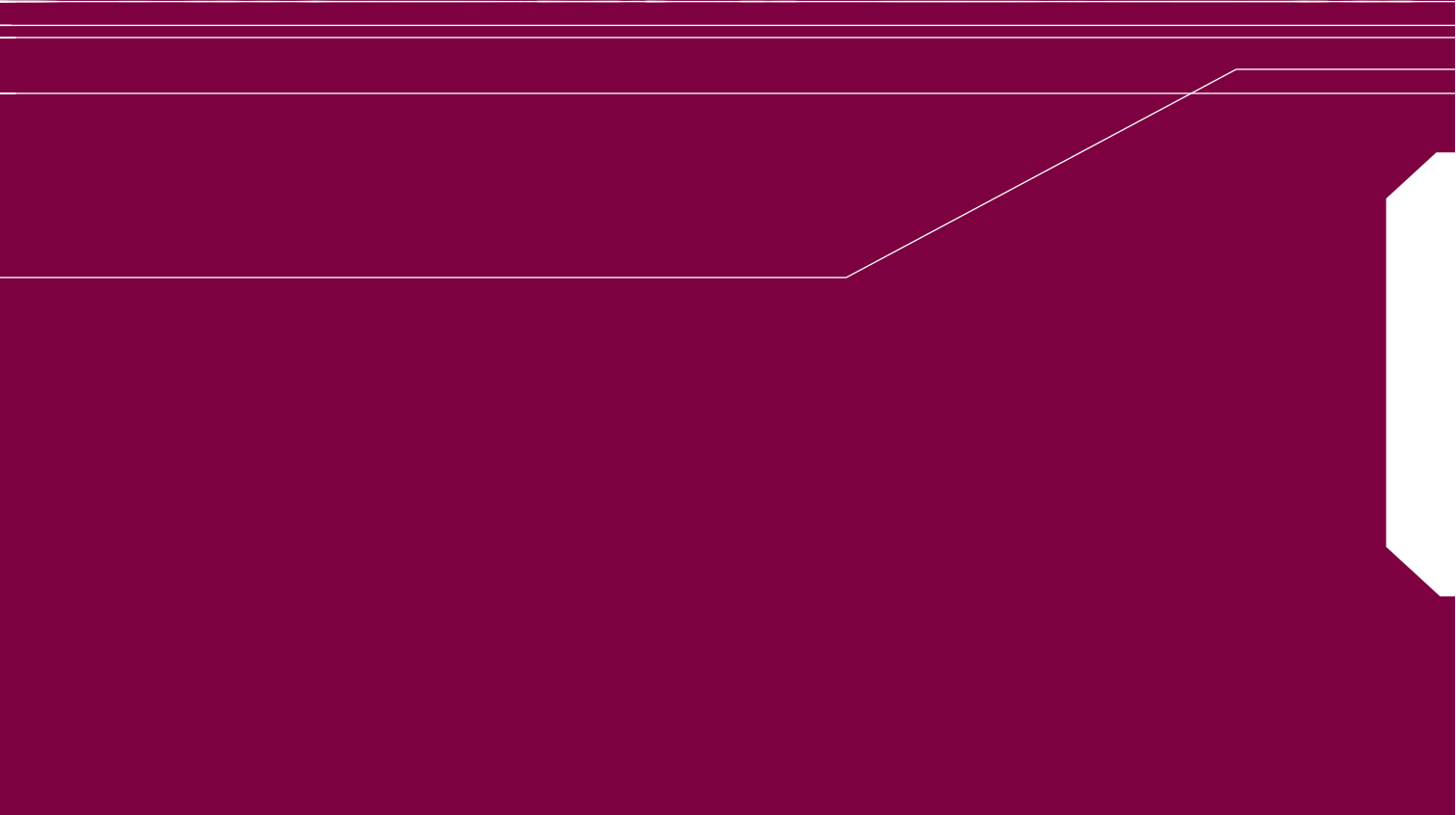
Estratégia de Desenvolvimento Rural 2023-2027							
EIXO 1		EIXO 2					
EIXO 3		EIXO 4					
EIXO 5		EIXO 6					
EIXO 7		EIXO 8					
EIXO 9		EIXO 10					
EIXO 11		EIXO 12					
EIXO 13		EIXO 14					
EIXO 15		EIXO 16					
EIXO 17		EIXO 18					
EIXO 19		EIXO 20					
EIXO 21		EIXO 22					
EIXO 23		EIXO 24					
EIXO 25		EIXO 26					
EIXO 27		EIXO 28					
EIXO 29		EIXO 30					
EIXO 31		EIXO 32					
EIXO 33		EIXO 34					
EIXO 35		EIXO 36					
EIXO 37		EIXO 38					
EIXO 39		EIXO 40					
EIXO 41		EIXO 42					
EIXO 43		EIXO 44					
EIXO 45		EIXO 46					
EIXO 47		EIXO 48					
EIXO 49		EIXO 50					
EIXO 51		EIXO 52					
EIXO 53		EIXO 54					
EIXO 55		EIXO 56					
EIXO 57		EIXO 58					
EIXO 59		EIXO 60					
EIXO 61		EIXO 62					
EIXO 63		EIXO 64					
EIXO 65		EIXO 66					
EIXO 67		EIXO 68					
EIXO 69		EIXO 70					
EIXO 71		EIXO 72					
EIXO 73		EIXO 74					
EIXO 75		EIXO 76					
EIXO 77		EIXO 78					
EIXO 79		EIXO 80					
EIXO 81		EIXO 82					
EIXO 83		EIXO 84					
EIXO 85		EIXO 86					
EIXO 87		EIXO 88					
EIXO 89		EIXO 90					
EIXO 91		EIXO 92					
EIXO 93		EIXO 94					
EIXO 95		EIXO 96					
EIXO 97		EIXO 98					
EIXO 99		EIXO 100					
EIXO 101		EIXO 102					
EIXO 103		EIXO 104					
EIXO 105		EIXO 106					
EIXO 107		EIXO 108					
EIXO 109		EIXO 110					
EIXO 111		EIXO 112					
EIXO 113		EIXO 114					
EIXO 115		EIXO 116					
EIXO 117		EIXO 118					
EIXO 119		EIXO 120					
EIXO 121		EIXO 122					
EIXO 123		EIXO 124					
EIXO 125		EIXO 126					
EIXO 127		EIXO 128					
EIXO 129		EIXO 130					
EIXO 131		EIXO 132					
EIXO 133		EIXO 134					
EIXO 135		EIXO 136					
EIXO 137		EIXO 138					
EIXO 139		EIXO 140					
EIXO 141		EIXO 142					
EIXO 143		EIXO 144					
EIXO 145		EIXO 146					
EIXO 147		EIXO 148					
EIXO 149		EIXO 150					
EIXO 151		EIXO 152					
EIXO 153		EIXO 154					
EIXO 155		EIXO 156					
EIXO 157		EIXO 158					
EIXO 159		EIXO 160					
EIXO 161		EIXO 162					
EIXO 163		EIXO 164					
EIXO 165		EIXO 166					
EIXO 167		EIXO 168					
EIXO 169		EIXO 170					
EIXO 171		EIXO 172					
EIXO 173		EIXO 174					
EIXO 175		EIXO 176					
EIXO 177		EIXO 178					
EIXO 179		EIXO 180					
EIXO 181		EIXO 182					
EIXO 183		EIXO 184					
EIXO 185		EIXO 186					
EIXO 187		EIXO 188					
EIXO 189		EIXO 190					
EIXO 191		EIXO 192					
EIXO 193		EIXO 194					
EIXO 195		EIXO 196					
EIXO 197		EIXO 198					
EIXO 199		EIXO 200					
EIXO 201		EIXO 202					
EIXO 203		EIXO 204					
EIXO 205		EIXO 206					
EIXO 207		EIXO 208					
EIXO 209		EIXO 210					
EIXO 211		EIXO 212					
EIXO 213		EIXO 214					
EIXO 215		EIXO 216					
EIXO 217		EIXO 218					
EIXO 219		EIXO 220					
EIXO 221		EIXO 222					
EIXO 223		EIXO 224					
EIXO 225		EIXO 226					
EIXO 227		EIXO 228					
EIXO 229		EIXO 230					
EIXO 231		EIXO 232					
EIXO 233		EIXO 234					
EIXO 235		EIXO 236					
EIXO 237		EIXO 238					
EIXO 239		EIXO 240					
EIXO 241		EIXO 242					
EIXO 243		EIXO 244					
EIXO 245		EIX					

EIXO 1		EIXO 2		EIXO 3		EIXO 4		EIXO 5		EIXO 6		EIXO 7		EIXO 8		EIXO 9		EIXO 10		EIXO 11		EIXO 12		EIXO 13		EIXO 14		EIXO 15		EIXO 16		EIXO 17		EIXO 18		EIXO 19		EIXO 20		EIXO 21		EIXO 22		EIXO 23		EIXO 24		EIXO 25		EIXO 26		EIXO 27		EIXO 28		EIXO 29		EIXO 30		EIXO 31		EIXO 32		EIXO 33		EIXO 34		EIXO 35		EIXO 36		EIXO 37		EIXO 38		EIXO 39		EIXO 40		EIXO 41		EIXO 42		EIXO 43		EIXO 44		EIXO 45		EIXO 46		EIXO 47		EIXO 48		EIXO 49		EIXO 50		EIXO 51		EIXO 52		EIXO 53		EIXO 54		EIXO 55		EIXO 56		EIXO 57		EIXO 58		EIXO 59		EIXO 60		EIXO 61		EIXO 62		EIXO 63		EIXO 64		EIXO 65		EIXO 66		EIXO 67		EIXO 68		EIXO 69		EIXO 70		EIXO 71		EIXO 72		EIXO 73		EIXO 74		EIXO 75		EIXO 76		EIXO 77		EIXO 78		EIXO 79		EIXO 80		EIXO 81		EIXO 82		EIXO 83		EIXO 84		EIXO 85		EIXO 86		EIXO 87		EIXO 88		EIXO 89		EIXO 90		EIXO 91		EIXO 92		EIXO 93		EIXO 94		EIXO 95		EIXO 96		EIXO 97		EIXO 98		EIXO 99		EIXO 100		EIXO 101		EIXO 102		EIXO 103		EIXO 104		EIXO 105		EIXO 106		EIXO 107		EIXO 108		EIXO 109		EIXO 110		EIXO 111		EIXO 112		EIXO 113		EIXO 114		EIXO 115		EIXO 116		EIXO 117		EIXO 118		EIXO 119		EIXO 120		EIXO 121		EIXO 122		EIXO 123		EIXO 124		EIXO 125		EIXO 126		EIXO 127		EIXO 128		EIXO 129		EIXO 130		EIXO 131		EIXO 132		EIXO 133		EIXO 134		EIXO 135		EIXO 136		EIXO 137		EIXO 138		EIXO 139		EIXO 140		EIXO 141		EIXO 142		EIXO 143		EIXO 144		EIXO 145		EIXO 146		EIXO 147		EIXO 148		EIXO 149		EIXO 150		EIXO 151		EIXO 152		EIXO 153		EIXO 154		EIXO 155		EIXO 156		EIXO 157		EIXO 158		EIXO 159		EIXO 160		EIXO 161		EIXO 162		EIXO 163		EIXO 164		EIXO 165		EIXO 166		EIXO 167		EIXO 168		EIXO 169		EIXO 170		EIXO 171		EIXO 172		EIXO 173		EIXO 174		EIXO 175		EIXO 176		EIXO 177		EIXO 178		EIXO 179		EIXO 180		EIXO 181		EIXO 182		EIXO 183		EIXO 184		EIXO 185		EIXO 186		EIXO 187		EIXO 188		EIXO 189		EIXO 190		EIXO 191		EIXO 192		EIXO 193		EIXO 194		EIXO 195		EIXO 196		EIXO 197		EIXO 198		EIXO 199		EIXO 200		EIXO 201		EIXO 202		EIXO 203		EIXO 204		EIXO 205		EIXO 206		EIXO 207		EIXO 208		EIXO 209		EIXO 210		EIXO 211		EIXO 212		EIXO 213		EIXO 214		EIXO 215		EIXO 216		EIXO 217		EIXO 218		EIXO 219		EIXO 220		EIXO 221		EIXO 222		EIXO 223		EIXO 224		EIXO 225		EIXO 226		EIXO 227		EIXO 228		EIXO 229		EIXO 230		EIXO 231		EIXO 232		EIXO 233		EIXO 234		EIXO 235		EIXO 236		EIXO 237		EIXO 238		EIXO 239		EIXO 240		EIXO 241		EIXO 242		EIXO 243		EIXO 244		EIXO 245		EIXO 246		EIXO 247		EIXO 248		EIXO 249		EIXO 250		EIXO 251		EIXO 252		EIXO 253		EIXO 254		EIXO 255		EIXO 256		EIXO 257		EIXO 258		EIXO 259		EIXO 260		EIXO 261		EIXO 262		EIXO 263		EIXO 264		EIXO 265		EIXO 266		EIXO 267		EIXO 268		EIXO 269		EIXO 270		EIXO 271		EIXO 272		EIXO 273		EIXO 274		EIXO 275		EIXO 276		EIXO 277		EIXO 278		EIXO 279		EIXO 280		EIXO 281		EIXO 282		EIXO 283		EIXO 284		EIXO 285		EIXO 286		EIXO 287		EIXO 288		EIXO 289		EIXO 290		EIXO 291		EIXO 292		EIXO 293		EIXO 294		EIXO 295		EIXO 296		EIXO 297		EIXO 298		EIXO 299		EIXO 300		EIXO 301		EIXO 302		EIXO 303		EIXO 304		EIXO 305		EIXO 306		EIXO 307		EIXO 308		EIXO 309		EIXO 310		EIXO 311		EIXO 312		EIXO 313		EIXO 314		EIXO 315		EIXO 316		EIXO 317		EIXO 318		EIXO 319		EIXO 320		EIXO 321		EIXO 322		EIXO 323		EIXO 324		EIXO 325		EIXO 326		EIXO 327		EIXO 328		EIXO 329		EIXO 330		EIXO 331		EIXO 332		EIXO 333		EIXO 334		EIXO 335		EIXO 336		EIXO 337		EIXO 338		EIXO 339		EIXO 340		EIXO 341		EIXO 342		EIXO 343		EIXO 344		EIXO 345		EIXO 346		EIXO 347		EIXO 348		EIXO 349		EIXO 350		EIXO 351		EIXO 352		EIXO 353		EIXO 354		EIXO 355		EIXO 356		EIXO 357		EIXO 358		EIXO 359		EIXO 360		EIXO 361		EIXO 362		EIXO 363		EIXO 364		EIXO 365		EIXO 366		EIXO 367		EIXO 368		EIXO 369		EIXO 370		EIXO 371		EIXO 372		EIXO 373		EIXO 374		EIXO 375		EIXO 376		EIXO 377		EIXO 378		EIXO 379		EIXO 380		EIXO 381		EIXO 382		EIXO 383		EIXO 384		EIXO 385		EIXO 386		EIXO 387		EIXO 388		EIXO 389		EIXO 390		EIXO 391		EIXO 392		EIXO 393		EIXO 394		EIXO 395		EIXO 396		EIXO 397		EIXO 398		EIXO 399		EIXO 400		EIXO 401		EIXO 402		EIXO 403		EIXO 404		EIXO 405		EIXO 406		EIXO 407		EIXO 408		EIXO 409		EIXO 410		EIXO 411		EIXO 412		EIXO 413		EIXO 414		EIXO 415	
EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5	EIXO 6	EIXO 7	EIXO 8	EIXO 9	EIXO 10	EIXO 11	EIXO 12	EIXO 13	EIXO 14	EIXO 15	EIXO 16	EIXO 17	EIXO 18	EIXO 19	EIXO 20	EIXO 21	EIXO 22	EIXO 23	EIXO 24	EIXO 25	EIXO 26	EIXO 27	EIXO 28	EIXO 29	EIXO 30	EIXO 31	EIXO 32	EIXO 33	EIXO 34	EIXO 35	EIXO 36	EIXO 37	EIXO 38	EIXO 39	EIXO 40	EIXO 41	EIXO 42	EIXO 43	EIXO 44	EIXO 45	EIXO 46	EIXO 47	EIXO 48	EIXO 49	EIXO 50	EIXO 51	EIXO 52	EIXO 53	EIXO 54	EIXO 55	EIXO 56	EIXO 57	EIXO 58	EIXO 59	EIXO 60	EIXO 61	EIXO 62	EIXO 63	EIXO 64	EIXO 65	EIXO 66	EIXO 67	EIXO 68	EIXO 69	EIXO 70	EIXO 71	EIXO 72	EIXO 73	EIXO 74	EIXO 75	EIXO 76	EIXO 77	EIXO 78	EIXO 79	EIXO 80	EIXO 81	EIXO 82	EIXO 83	EIXO 84	EIXO 85	EIXO 86	EIXO 87	EIXO 88	EIXO 89	EIXO 90	EIXO 91	EIXO 92	EIXO 93	EIXO 94	EIXO 95	EIXO 96	EIXO 97	EIXO 98	EIXO 99	EIXO 100	EIXO 101	EIXO 102	EIXO 103	EIXO 104	EIXO 105	EIXO 106	EIXO 107	EIXO 108	EIXO 109	EIXO 110	EIXO 111	EIXO 112	EIXO 113	EIXO 114	EIXO 115	EIXO 116	EIXO 117	EIXO 118	EIXO 119	EIXO 120	EIXO 121	EIXO 122	EIXO 123	EIXO 124	EIXO 125	EIXO 126	EIXO 127	EIXO 128	EIXO 129	EIXO 130	EIXO 131	EIXO 132	EIXO 133	EIXO 134	EIXO 135	EIXO 136	EIXO 137	EIXO 138	EIXO 139	EIXO 140	EIXO 141	EIXO 142	EIXO 143	EIXO 144	EIXO 145	EIXO 146	EIXO 147	EIXO 148	EIXO 149	EIXO 150	EIXO 151	EIXO 152	EIXO 153	EIXO 154	EIXO 155	EIXO 156	EIXO 157	EIXO 158	EIXO 159	EIXO 160	EIXO 161	EIXO 162	EIXO 163	EIXO 164	EIXO 165	EIXO 166	EIXO 167	EIXO 168	EIXO 169	EIXO 170	EIXO 171	EIXO 172	EIXO 173	EIXO 174	EIXO 175	EIXO 176	EIXO 177	EIXO 178	EIXO 179	EIXO 180	EIXO 181	EIXO 182	EIXO 183	EIXO 184	EIXO 185	EIXO 186	EIXO 187	EIXO 188	EIXO 189	EIXO 190	EIXO 191	EIXO 192	EIXO 193	EIXO 194	EIXO 195	EIXO 196	EIXO 197	EIXO 198	EIXO 199	EIXO 200	EIXO 201	EIXO 202	EIXO 203	EIXO 204	EIXO 205	EIXO 206	EIXO 207	EIXO 208	EIXO 209	EIXO 210	EIXO 211	EIXO 212	EIXO 213	EIXO 214	EIXO 215	EIXO 216	EIXO 217	EIXO 218	EIXO 219	EIXO 220	EIXO 221	EIXO 222	EIXO 223	EIXO 224	EIXO 225	EIXO 226	EIXO 227	EIXO 228	EIXO 229	EIXO 230	EIXO 231	EIXO 232	EIXO 233	EIXO 234	EIXO 235	EIXO 236	EIXO 237	EIXO 238	EIXO 239	EIXO 240	EIXO 241	EIXO 242	EIXO 243	EIXO 244	EIXO 245	EIXO 246	EIXO 247	EIXO 248	EIXO 249	EIXO 250	EIXO 251	EIXO 252	EIXO 253	EIXO 254	EIXO 255	EIXO 256	EIXO 257	EIXO 258	EIXO 259	EIXO 260	EIXO 261	EIXO 262	EIXO 263	EIXO 264	EIXO 265	EIXO 266	EIXO 267	EIXO 268	EIXO 269	EIXO 270	EIXO 271	EIXO 272	EIXO 273	EIXO 274	EIXO 275	EIXO 276	EIXO 277	EIXO 278	EIXO 279	EIXO 280	EIXO 281	EIXO 282	EIXO 283	EIXO 284	EIXO 285	EIXO 286	EIXO 287	EIXO 288	EIXO 289	EIXO 290	EIXO 291	EIXO 292	EIXO 293	EIXO 294	EIXO 295	EIXO 296	EIXO 297	EIXO 298	EIXO 299	EIXO 300	EIXO 301	EIXO 302	EIXO 303	EIXO 304	EIXO 305	EIXO 306	EIXO 307	EIXO 308	EIXO 309	EIXO 310	EIXO 311	EIXO 312	EIXO 313	EIXO 314	EIXO 315	EIXO 316	EIXO 317	EIXO 318	EIXO 319	EIXO 320	EIXO 321	EIXO 322	EIXO 323	EIXO 324	EIXO 325	EIXO 326	EIXO 327	EIXO 328	EIXO 329	EIXO 330	EIXO 331	EIXO 332	EIXO 333	EIXO 334	EIXO 335	EIXO 336	EIXO 337	EIXO 338	EIXO 339	EIXO 340	EIXO 341	EIXO 342	EIXO 343	EIXO 344	EIXO 345	EIXO 346	EIXO 347	EIXO 348	EIXO 349	EIXO 350	EIXO 351	EIXO 352	EIXO 353	EIXO 354	EIXO 355	EIXO 356	EIXO 357	EIXO 358	EIXO 359	EIXO 360	EIXO 361	EIXO 362	EIXO 363	EIXO 364	EIXO 365	EIXO 366	EIXO 367	EIXO 368	EIXO 369	EIXO 370	EIXO 371	EIXO 372	EIXO 373	EIXO 374	EIXO 375	EIXO 376	EIXO 377	EIXO 378	EIXO 379	EIXO 380	EIXO 381	EIXO 382	EIXO 383	EIXO 384	EIXO 385	EIXO 386	EIXO 387	EIXO 388	EIXO 389	EIXO 390	EIXO 391	EIXO 392	EIXO 393	EIXO 394	EIXO 395	EIXO 396	EIXO 397	EIXO 398	EIXO 399	EIXO 400	EIXO 401	EIXO 402	EIXO 403	EIXO 404	EIXO 405	EIXO 406	EIXO 407	EIXO 408	EIXO 409	EIXO 410	EIXO 411	EIXO 412	EIXO 413	EIXO 414	EIXO 415																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
OBJECTIVOS GERAIS DAS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO		Dinamizar a estrutura sócio-económica		Atenuar a tendência de desertificação e de abandono da serra e contrariar a tendência de envelhecimento da população		Promover a utilização sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio do mundo rural																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					



5.

preparação do plano global de
intervenção



		<h2>5. preparação do plano global de intervenção</h2>
--	--	---

5.1. pressupostos

Com o desenho de um Plano Global de Intervenção pretende-se materializar em projectos a estratégia e a filosofia de intervenção definida anteriormente em articulação com o conteúdo do Eixo 2 do PROALGARVE, componente imperativa de suporte deste Plano.

Por isso, vale a pena relembrar alguns pressupostos de enquadramento no Eixo 2 e a filosofia subjacente às intervenções propostas para as Áreas de Baixas Densidades.

1. O Eixo 2 do PROALGARVE remete-nos para uma abordagem em que o território é a matriz de uma estratégia de desenvolvimento local e apoia-se em **acções integradas**, onde se assegurem a convergência e a coerência às iniciativas públicas e privadas a apoiar, na descoberta de múltiplas pistas de dinamização do território. A filosofia deste Eixo apela a um trabalho de concertação entre os parceiros regionais e a um nível aprofundado de coordenação nas suas intervenções.
2. O Eixo 2 aposta, por isso, na **valorização das especificidades de cada território/local** (naturais, patrimoniais, de conhecimento, de saber-fazer) e pressupõe um encontro criativo entre a lógica da competitividade territorial das zonas de baixa densidade e a lógica de integração de dinâmicas de actividade entre o Litoral e o Interior.
3. As intervenções do Eixo 2 devem ser encaradas como **acções de qualificação do binómio recursos/território**, numa perspectiva essencialmente de competitividade territorial, devendo os investimentos municipais e inter-municipais inseridos no Eixo 1 e as intervenções sectoriais do Eixo 3 assegurar, nas Áreas de Baixa Densidade, os níveis de base para o desenvolvimento regional equilibrado. O Eixo 2 não deve, por isso, ser utilizado com efeito de substituição mas com cariz de complementaridade em relação a outros instrumentos de apoio ao investimento.
4. O Plano Global de Intervenção deverá ser relativamente fechado nas escolhas e depende fundamentalmente das prioridades traçadas para cada local e para cada acção integrada, de acordo com a estratégia de desenvolvimento regional e das dinâmicas locais que demonstrem ter uma capacidade real de desenvolvimento.

5.2. plano global de intervenção

A construção do **Plano Global de Intervenção**, que envolveu a concertação dos vários intervenientes sobre a natureza e conteúdo das intervenções, tem por base um quadro coerente de programas, articulados numa arquitectura que articula objectivos e medidas inseridas no PROALGARVE e apresenta na sua estrutura um conjunto de Programas, Medidas e Acções, que a seguir se apresentam:

- 1. **PROGRAMA PROLOCAL** – INTERVENÇÃO INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO INTERIOR DO ALGARVE
- 2. **PROGRAMA PRESTÍGIO** – PROJECTOS ESTRUTURANTES DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR DO ALGARVE
- 3. **PROGRAMA SOFIA** – REDES DE INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

Como resultados esperados para as Áreas de Baixa Densidade, apontam-se os seguintes:

- Organização do território;
- Melhoria da qualidade de vida da população residente e visitante;
- Aumento da competitividade do complexo de actividades em torno do turismo e do lazer;
- Reforço da integração económica e social;
- Dinamização dos serviços de proximidade e das tecnologias de informação;
- Utilização sustentável dos recursos naturais e equilíbrio do mundo rural.

A concretização do conjunto das acções que integram o presente Plano Global de Intervenção deverão permitir a dinamização do desenvolvimento local nesta área geográfica de intervenção. Pretende-se estruturar o território através da intervenção nas aldeias, incentivar redes de atracção turística e de apoio às actividades económicas, bem como criar equipamentos estruturantes.

A estas intervenções infra-estruturais serão associadas outras de carácter imaterial, nomeadamente, os projectos-piloto de investigação-acção, a criação de uma imagem para o Algarve Rural e outras iniciativas de promoção e animação cultural, que permitirão a realização de eventos para promover as aldeias e vilas do Algarve Rural e os produtos regionais.

programas e medidas

programas

Programa PROLOCAL
– Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve

Programa PRESTÍGIO
– Projectos Estruturantes de Valorização do Interior do Algarve

Programa SOFIA
– Redes de Inovação e Conhecimento

medidas

- Medida 1 – Aldeias do Algarve
- Medida 2 – Redes Temáticas
- Medida 3 – Renovação Urbana
- Medida 4 - Valorização do Potencial Endógeno / Projectos-Piloto
- Medida 5 – Promoção do Mundo Rural
- Medida 6 – Apoio à Comercialização de Produtos Locais
- Medida 7 – Centro Oceanográfico de Sagres
- Medida 8 – Bioparque da Serra de Monchique
- Medida 9 – Animação do Algarve Rural
- Medida 10 – Centos de Conhecimento
- Medida 11 – Planos de Formação

5.2.1. programa prolocal - intervenção integrada para o desenvolvimento e diversificação económica no interior do algarve

As medidas apresentadas neste Programa preocupam-se fundamentalmente com os seguintes objectivos:

- a reestruturação da rede de aglomerados urbanos;
- a protecção dos recursos naturais e do ambiente;
- a valorização do património arquitectónico e cultural
- a melhoria da infraestruturação de áreas para apoio à actividade produtiva;
- a melhoria da qualidade do desempenho dos recursos humanos;
- a melhoria da prestação institucional;
- a diversificação da base produtiva regional.

Pretende-se reforçar a vertente de dinamização da economia local, dando continuidade à experiência da Intervenção Operacional Centros Rurais no Algarve e promovendo o alargamento das suas áreas de intervenção, com a adequação do programa aos novos espaços e ao horizonte temporal da programação.

Considera-se que os vectores estratégicos de desenvolvimento a escolher no âmbito de uma parceria alargada, devem ser elementos integradores das intervenções, e que os investimentos propostos devem contribuir claramente para a consolidação da estratégia.

Pretende-se estimular o aparecimento de acções integradas que contribuam para a melhoria da qualidade e diversificação da oferta turística dinamizando novas áreas turísticas no interior que permitam potenciar o desenvolvimento económico regional. Visa-se o fomento de projectos integrados que permitam criar espaços de atracção turística, interdependentes em termos de oferta e que aproveitem nichos de mercado.

Os projectos a considerar no PROLOCAL deverão ter como valor de referência 250 mil euros devendo ser demonstrada a sua importância para a estratégia definida e para a melhoria da competitividade territorial, em articulação com os projectos associados.

Dada a natureza desta linha de intervenção e tendo presente o conteúdo das medidas inseridas no Eixo 2 do PROALGARVE, são considerados apoios a investimentos nos núcleos urbanos inseridos no Plano de Acção, excluindo os núcleos urbanos que correspondam a sede de concelho (excepto para o caso das redes temáticas e acções específicas de valorização do potencial endógeno).

A estrutura do Programa PROLOCAL integra as seguintes medidas:

MEDIDA 1 – Aldeias do Algarve

MEDIDA 2 – Redes Temáticas

MEDIDA 3 – Renovação Urbana

MEDIDA 4 – Valorização do Potencial Endógeno / Projectos-Piloto



medida 1 - aldeias do algarve ²

A transformação acentuada da vocação económica do Algarve nas últimas décadas provocou importantes mutações no modelo territorial, sendo visível uma redução dos dinamismos socio-demográficos e económicos de diversos espaços não integrados no Litoral - áreas de actividade agrícola que ocupam zonas do Barrocal e outras áreas de ruralidade intensa predominantemente localizadas na serra algarvia.

É numa lógica de complementaridade entre os espaços, de integração das dinâmicas de actividade entre o litoral e o interior e de promoção da integração social e económica das populações que vivem nos meios rurais, que surge a **Iniciativa de Revitalização das Aldeias do Algarve**.

A aldeia, que constantemente se constrói como resultado da complexa teia de interacção histórica e que abarca os diversos meios humanos, económicos, políticos e culturais num quadro biofísico vivo, de condicionantes sabiamente assimilados, continua a constituir **um pólo gerador de dinâmica do território e da paisagem rural**.

Neste sentido, reconhece-se como fundamental executar um conjunto de acções coordenadas, inseridas em domínios fundamentais associando as intervenções orientadas para a recuperação e revitalização das aldeias e para a dinamização económica, garantindo, simultaneamente, a concretização das infra-estruturas essenciais à melhoria das condições de vida das populações.

Considerando que a experiência demonstra a vantagem das intervenções cujo conteúdo, além de fortemente territorializado, se baseia em **conjuntos consistentes e articulados de acções**, e que só uma estratégia que integre um elevado número de iniciativas e projectos locais permite responder de maneira coerente às necessidades identificadas, conclui-se que:

- a) A Iniciativa de Revitalização das Aldeias do Algarve deve pretender, antes de mais, operacionalizar **uma política activa de qualificação do "urbanismo rural"**, comprometida com a capacidade de realizar intervenções segundo modalidades inovadoras;
- b) O modelo de intervenção deverá, sempre que possível, basear-se na promoção de áreas estratégicas de desenvolvimento onde se **identifique uma clara coerência entre objectivos, projectos e acções** que assegurem expressão às intervenções previamente seleccionadas e hierarquizadas.
- c) A fim de facilitar a coordenação, evitar a dispersão de instrumentos e dar coerência às intervenções, o plano a construir deve **assegurar a integração das acções sectoriais e mobilizar os recursos e os actores para a construção de um trabalho em rede**.

² Adaptado de CCR Algarve, Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve, Faro, 2001 e Freitas, M., Memorando – Projecto Inovação em Design, Faro, 2001

Esta Iniciativa deverá permitir concretizar quatro grandes objectivos:

- Recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos
- Promover a dinamização socio-económica
- Fixar e atrair população
- Criar uma imagem e um programa de animação para as Aldeias do Algarve

Tendo presente o conjunto dos objectivos gerais enunciados, identificam-se quatro eixos de intervenção na Revitalização das Aldeias do Algarve:

Renovação urbana - recuperação de património histórico e cultural, recuperação de núcleos tradicionais, fachadas de edifícios, ruas, praças, zonas históricas, complementaridade com projectos de urbanismo comercial, arranjos urbanísticos, espaços verdes, espaços lúdicos, mobiliário urbano, estacionamento, circulação, sinalética, adaptação de edifícios tradicionais para instalação de serviços de apoio às dinâmicas locais próprias das áreas de Baixa Densidade.

Equipamentos colectivos e de lazer - recuperação, ampliação ou nova construção de equipamentos colectivos integrados e multifuncionais considerados necessários ao reforço das funções dos centros e da melhoria das condições de vida da população, especialmente com vista à atracção/retenção das camadas mais jovens: pólos museológicos, praias fluviais, equipamentos desportivos, centros etnográficos e ambientais, centros de estudos.

Apoio às actividades económicas – execução de parques de feiras e equipamentos para qualificação da realização daquele tipo de eventos; reabilitação de mercados de âmbito local; apoio à infraestruturação de espaços para o desenvolvimento de actividades produtivas que poderão ter carácter polivalente: centros de artes e ofícios, pavilhões de caça, centros equestres.

Animação socio-económica - em torno de cada uma das Aldeias do Algarve devem desenvolver-se iniciativas de animação local, preferencialmente baseadas na temática forte que decorra das próprias características desse núcleo urbano e que permita promover a sua especificidade e afirmar a sua personalidade. Poderão ser apoiados festivais, feiras, exposições, outras actividades culturais, estudos, publicações.

A intervenção não deve criar ilusões ou cenários mais ou menos virtuais, mas sim, induzir energias capazes de provocar a perturbação necessária para garantir a qualidade de vida das populações, para incorporar modernidade nas suas dinâmicas e para preservar os valores que levaram a considerá-la como "aldeia com vida".

A selecção das aldeias a integrar na Iniciativa "Aldeias do Algarve" tem por base critérios associados aos seguintes parâmetros:

Estrutura Urbana - Compreende o espaço não edificado e o espaço edificado.

Estrutura Rural - Intimamente ligada à estrutura urbana, compreende os valores da paisagem envolvente e de preenchimento da aldeia.

Valores Patrimoniais - O maior valor patrimonial é o conjunto edificado e a interacção entre as estruturas presentes, com destaque para alguns valores de referência de utilização pública - igrejas, castelos, museus, casarios tradicionais, património arqueológico.

Estrutura social - Compreende as interacções e transformações sociais, os processos de envelhecimento e rejuvenescimento, relações de vizinhança, estruturas comunitárias e processos de mobilidade.

Dinamização Socio-Económica - A Dinâmica Económica tem reflexos óbvios na manutenção da estrutura social, contribuindo para o seu reforço e diversidade. Privilegiam-se opções que catalisem incentivos em actividades tradicionais ou outras que possam gerar emprego.

Comércio - O valor e capacidade do comércio baseada na relação de vizinhança, permite aglutinar concretamente a estrutura nuclear de aldeia, tomando-se um dos vectores mais importantes na sua revitalização.

Em consequência, numa primeira fase, foram seleccionadas 11 aldeias, cujos projectos deverão ser executados entre 2000-2003: Cacela-a-Velha, Vaqueiros, Cachopo, Odeleite, Estoi, Querença, Paderne, São Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Carrapateira e Budens.

Entende-se que esta iniciativa deverá gerar um efeito de demonstração, permitindo, posteriormente, a sua extensão a, pelo menos, mais cinco aldeias.

Para dar coerência, eficácia e celeridade à elaboração dos projectos de intervenção nas aldeias, serão preparados Planos de Intervenção para cada uma das aldeias seleccionadas. **Nesta fase** deve promover-se a participação da população residente para reforçar e validar os projectos e definir procedimentos de execução.

Os Planos de Intervenção têm por objectivo estudar e compreender a aldeia, como se "move" no tempo e quais são os vectores que a dinamizam, com o objectivo de preparar as metodologias e processos de intervenção para cada uma delas e definir o conjunto de projectos a apoiar.

A estrutura do Plano de Intervenção para cada aldeia deverá ser a seguinte:

- Identificação das questões-chave
- Opções estratégicas
- Plano de investimentos
- Identificação de projectos
- Complementaridade de instrumentos
- Resultados esperados

No processo de intervenção no âmbito da estratégia de revitalização das aldeias, dever-se-á encontrar uma imagem estável para o produto "Aldeias do Algarve", com a criação de uma imagem comum a um portfolio de cross sailing entre as aldeias, por forma a transmitir aos visitantes que cada uma delas faz parte de um processo mais vasto, enquadrando desta forma o andamento das intervenções nas aldeias como um plano regional de intervenção nas áreas de baixa densidade.

Assim, devem-se prever projectos que respondam às necessidades de intervenção nos espaços públicos das aldeias e permitam dar uma imagem de continuidade entre elas, nomeadamente, o mobiliário urbano e a sinalética.

Quanto ao mobiliário urbano a ser concebido para as "Aldeias do Algarve" deve-se procurar dar coerência ao produto (no encontro da imagem), utilizando materiais locais e procurando potenciar (quando possível) os elementos existentes em cada uma das aldeias.

Quanto à sinalética, o objectivo é criar um sistema de informação e comunicação coerente para espaços onde se vão fazer fortes intervenções, podendo passar por disciplinar e adaptar os sistemas existentes. Tendo a aldeia como elemento estruturante, o sistema deve estar preparado para responder de forma coerente, também, a outros espaços onde se deverá trabalhar, nomeadamente, as redes temáticas, o Bioparque da Serra de Monchique, a "Via Algarviana" e os parques temáticos de Odeleite e Querença.



medida 2 - redes temáticas e funcionais ³

A implementação de redes temáticas e multifuncionais constituem uma resposta à necessidade de dotar as áreas de baixa densidade de um conjunto de elementos de valorização do território que favoreçam a atractividade destas zonas e melhorem as condições de vida das populações. Pretende-se igualmente reforçar e complementar projectos executados ao longo dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, estabelecendo uma lógica de conjunto para a utilização sustentável dos recursos patrimoniais de uma mesma tipologia.

Espera-se que as redes constituam um conjunto de nós (ou locais com valor patrimonial) que possam dotar-se de factores que motivem a atracção de visitantes e que promovam o bem estar da população. Ao agregar e articular projectos sob uma designação de "rede", o que se pretende é implementar um conjunto de investimentos da mesma tipologia que possam ter o mesmo tipo de tratamento quer na fase de construção/melhoramento, quer na fase de implementação.

Os projectos a implementar devem gerar dinâmicas por forma a que cada um dos nós da rede deve ser complementar em relação aos demais. A ligação entre estes deve ser bem equacionada, de modo a garantir uma coerência espacial, procurando ter como base de ligação entre si, itinerários de visita ao longo das Áreas de Baixas Densidades.

Importa garantir uma articulação clara com outros programas e medidas, cuja vocação se complementa com os objectivos das Redes Temáticas, na medida que, a coerência da implementação da Rede deve proporcionar o aparecimento de um conjunto de actividades paralelas que garantam a existência de dinâmicas e de animação ao longo de todo o território. Assim, as redes devem ter como suporte os seguintes aspectos que constituem factores críticos de sucesso do Programa:

- Itinerários de visita;
- Rede de microempresas;
- Estratégia comercial/promocional;
- Animação.

³ Adaptado de Coelho, F., Cardoso, A. e Pisco, A., Programa Redes Temáticas e Funcionais, CCR Algarve, com a colaboração das Associações Alcance, In Loco, Odiana, Vicentina, Faro, 2002, policopiado

Neste quadro as redes temáticas devem constituir uma intervenção exemplar, no que concerne à implementação de um conjunto de acções integradas, designadamente ao nível dos seguintes grandes temas:

- Património Cultural
- Património Natural
- Apoio ao Desenvolvimento do Mundo Rural

Acção 1 - TEMA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Considerando o conjunto de valores patrimoniais presente em grande parte do território de baixa densidade, com condições de poder contribuir significativamente para o desenvolvimento desta região, foi identificado um grupo de Redes Temáticas/Funcionais tendo por grande tema o Património Cultural.

No âmbito de cada grupo são definidas as tipologias de projectos mais representativas dos valores patrimoniais existentes que contribuam para o reforço da identidade cultural e o fomento da auto estima das comunidades locais. Os projectos a implementar devem igualmente contribuir para a revalorização patrimonial do território configurando assim factores de desenvolvimento sócio económico e territorial.

Identificam-se as seguintes Redes Temáticas/Funcionais:

1. **Património Histórico:** esta rede tem como grande objectivo a valorização de elementos patrimoniais de interesse, através da implementação de projectos nas áreas do património arqueológico e do património religioso, que possam contribuir para o desenvolvimento do território de baixas densidades.
2. **Património Rural Construído:** esta rede tem como objectivo valorizar elementos representativos da cultura material, nomeadamente a arquitectura rural serrana, engenhos de água e elementos patrimoniais de práticas agrícolas, que pelo seu nível de autenticidade (características arquitectónicas próprias, integração em conjuntos arquitectónicos homogéneos, actividades e funções económicas desempenhadas) contribuam para o reforço da identidade cultural destes territórios.
3. **Artes e Ofícios Tradicionais:** o conjunto de actividades tradicionais identifica as comunidades e constitui um importante elemento diferenciador da cultura local. A rede de artes e ofícios tradicionais tem como objectivo intervir na recuperação de técnicas artesanais e na valorização de produtos locais, tendo em conta o interesse que representa para o território.
4. **Pólos Museológicos e Sítios de Interesse:** esta rede tem como objectivo central criar e rentabilizar uma oferta turística em termos culturais para o território e intervir na conservação e valorização dos seus elementos patrimoniais mais significativos, a nível dos Núcleos Museológicos (completar e operacionalizar a rede museológica) e da musealização de sítios de interesse histórico-cultural.

Numa primeira fase serão prioritárias as redes relativas ao património rural construído e aos pólos museológicos e sítios de interesse.

Acção 2 - TEMA PATRIMÓNIO NATURAL

A definição do tema "Património Natural" visa contribuir para a criação de uma linha orientadora de valorização e animação do território através do desenvolvimento de actividades inovadoras baseadas nas características ambientais das áreas de baixa densidade, nomeadamente o turismo rural e de natureza. Estas actividades ecoturísticas constituem, sem dúvida, uma incontestável vocação das zonas de baixa densidade, pela complementaridade de actividades que promove e pela criação de mais valias socio-económicas e ambientais.





A elevada riqueza ecológica e paisagística e a diversidade ambiental que caracteriza as áreas de baixa densidade do Algarve, que engloba zonas de litoral (Costa Vicentina), de Serra (Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão), fluviais (Guadiana) permite avaliar fortes potencialidades para a implementação daquela linha orientadora desde que suportada no funcionamento de uma rede a nível regional que tire partido da complementaridade destas características.

O desenvolvimento deste tema pretende ainda despertar as populações residentes e visitantes para a condição/características do território em que se encontram e para as potencialidades que este encerra, constituindo um mecanismo de discriminação positiva fundamental para o desenvolvimento destas zonas. Pretende-se que seja definida e implementada em articulação/parceria com os vários agentes sub-regionais e regionais, tendo como ponto de partida uma dinâmica local já existente, por forma a fortalecer uma imagem coesa e uma identidade própria.

O tema "Património Natural" deve ser explorado de acordo com as redes temáticas que abaixo se indicam e que se consideram como prioritárias:

1. **Rede de Áreas de Interesse Natural/Ambiental:** pretende-se a dinamização dos espaços naturais, criando as condições necessárias para a implementação de projectos de conservação e valorização do património natural, nomeadamente a criação de jardins botânicos e de parques ecológicos e/ou temáticos, na perspectiva da sua utilização para o desenvolvimento de actividades de animação ambiental.
2. **Rede de Pontos de Interpretação Ambiental e Acolhimento:** pretende destacar zonas de particular interesse para a conservação da natureza e/ou sensibilização ambiental, designadamente as que se incluam na Rede Nacional de áreas Protegidas, Rede Natura 2000 ou outras, numa perspectiva de valorização e animação destes locais para a realização de acções de educação ambiental, nomeadamente boas práticas agrícolas e ambientais, investigação científica e visita em geral. Está prevista a criação de centros de interpretação e educação ambiental, de observatórios, de painéis interpretativos e de quintas pedagógicas.
3. **Rede de Demonstração de Energias e Sistemas de Tratamento Alternativos:** pretende-se apoiar o desenvolvimento e implementação de projectos locais demonstrativos na área do ambiente, designadamente a implementação de medidas inovadoras de gestão e tratamento de RSU, tratamento de águas residuais e valorização energética numa perspectiva de educação e sensibilização para a utilização de energias alternativas e para a importância da resolução de problemas e/ou conflitos que ponham em causa os recursos naturais e a sua valorização energética. Está prevista a criação de pontos/centros demonstrativos de utilização de energias e sistemas de tratamento alternativos, bem como a rede de infraestruturas de apoio a pequenas povoações rurais.

Acção 3 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL ALGARVIO

Os anteriores temas tratados no presente documento – Património Cultural e Património Natural – têm objectivos centrados na valorização dos elementos notáveis do território – cultura e ambiente – numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Com este tema pretende-se articular o funcionamento das diversas redes a implementar, criando assim um conjunto estruturado de "entrepósitos" de e para o desenvolvimento do mundo rural. Pretende-se igualmente implementar projectos de natureza imaterial que se considerem necessários para apoiar a instalação, funcionamento, gestão e monitorização das diversas redes do território.

1. **Centros de Apoio ao Desenvolvimento Rural:** articulando as redes temáticas do Património Cultural e do Património Natural, os Centros de Apoio ao Desenvolvimento pretendem criar um conjunto estruturado de "entrepósitos" de e para o mundo rural. O seu papel enquanto elementos estruturadores da acção ao nível local deve ser marcante, dando-lhes capacidade para assumirem a personalidade do território onde estão inseridos.

Constituídos por um conjunto multifacetado de valências comuns, os Centros devem desempenhar um papel chave na estratégia de desenvolvimento adoptada pelos agentes de desenvolvimento para o território servido por cada um dos centros. Caberá a cada um dos centros não só assumir o papel de "janela" sobre as iniciativas transversais comuns a todo o mundo rural como igualmente realçar os "produtos e recursos" rurais na sua área de influência.

As valências que podem ser desenvolvidas pelos centros são:

- Centro de Informação e Documentação
- Posto de Atendimento e de Re-encaminhamento
- Centro de Educação e Sensibilização
- Espaço de Exposição
- Acolhimento
- Centro de Apoio às Iniciativas Empresariais
- Centros de Descoberta do Mundo Rural

2. **Rede de Alojamento Alternativo:** esta rede de alojamento alternativo deve complementar e alargar a oferta de alojamento turístico existente criando condições para o prolongamento da "estada" dos visitantes nas áreas de Baixa Densidade e potenciando as actividades de lazer e descoberta do mundo rural e dos seus recursos.

Este tipo de alojamentos poderão ser parques de campismo ou resultar da reconversão de edifícios tradicionais inactivos (escolas primárias, postos da guarda fiscal ou simplesmente casas tradicionais abandonadas). Deverão, sempre que possível ser associados a estas recuperações ou ao próprio funcionamento dos equipamentos, processos construtivos ou tecnologias adaptadas das técnicas tradicionais com incorporação de elementos inovadores. Serão acolhidos prioritariamente os projectos que integrem elementos de demonstração, por exemplo, ao nível ambiental e energético.

3. **Equipamentos de interesse socio-económico:** no âmbito desta rede pretende-se sobretudo completar e operacionalizar o conjunto existente de Centros Culturais e Recreativos, da iniciativa das Autarquias Locais ou de diversas Associações e Sociedades Recreativas, que detêm um papel fulcral na manutenção e desenvolvimento das tradições culturais em meio rural. Esta Rede permitirá a realização de um conjunto de actividades de animação do Mundo Rural, com uma cobertura territorial razoável.

Nesta rede poderão ser ainda apoiados os Postos de Turismo, localizados em territórios de Baixa Densidade, com vista à divulgação e promoção dos recursos do Interior Algarvio. Esta rede poderá ainda apoiar outra tipologia de pequenos equipamentos colectivos e de apoio ao desenvolvimento económico, nomeadamente, espaços para feiras e mercados locais.

Estes equipamentos deverão preferencialmente adoptar modelos polivalentes e integrados e enquadrar-se dentro de um limite máximo de investimento de 250 mil euros.



4. **Centros de apoio à actividade cinegética:** esta Rede insere-se numa lógica de melhorar as condições de funcionamento de actividades produtivas com viabilidade nas Áreas de Baixa Densidade, completando a actuação de outros Programas Sectoriais e de outros Fundos.

A importância que a cinegética representa na Região não só no que respeita à elevada percentagem de áreas do Interior já ocupadas com esta actividade, mas especialmente pelos efeitos que poderá produzir como fonte multiplicadora de ligações intersectoriais das quais se destacam a relação com o turismo e a gastronomia e os impactos ao nível da criação de um conjunto de postos de trabalho associados, justifica a criação de uma rede com os seguintes objectivos:

- Contribuir para o desenvolvimento do ordenamento cinegético.
- Melhorar a capacidade organizacional das associações de caçadores.
- Aumentar a qualidade das condições logísticas e dos serviços prestados aos utentes da actividade cinegética.

medida 3 - renovação urbana

Na área de baixa densidade identificam-se sedes de freguesia e lugares, muitos deles sendo objecto de uma prolongada desestruturação urbana em resultado do abandono de habitações, redução de actividades económicas e de animação social. Estes pequenos núcleos ocupam um lugar decisivo na revitalização das zonas do interior, seja pelas vantagens da sua inserção em sítios ambientalmente favoráveis e de grande beleza paisagística, seja pela possibilidade de revitalização de costumes e tradições, seja pelas possibilidades de dinamização económica e de atracção de novos residentes.

Trata-se de requalificar e revitalizar os recursos urbanos (do património construído à gestão quotidiana das actividades) numa dupla perspectiva de melhoria da qualidade de vida das populações e de valorização dos núcleos tradicionais, que não sejam sede de concelho.

A tipologia de projectos enquadráveis é a seguinte: recuperação de património histórico e cultural, recuperação de fachadas, ruas, praças, arranjos urbanísticos, espaços verdes, espaços lúdicos, mobiliário urbano, iluminação, circulação, sinalética, adaptação de edifícios tradicionais para instalação de serviços de apoio às dinâmicas locais e à resolução das dificuldades das Áreas de Baixa Densidade.

medida 4 - valorização do potencial endógeno - projectos-piloto

A concretização do PROLOCAL, pressupõe um trabalho prévio de recolha, de indução/concepção dos planos de investimentos, acções e projectos a desenvolver, bem como a animação das estruturas criadas de forma a potenciar os efeitos e a sustentabilidade das mesmas.

Neste sentido prevê-se aqui desenvolver um conjunto de acções imateriais, como estudos e outras iniciativas de organização e animação sócio-económica em meio rural. Prevê-se o apoio a um conjunto de **projectos-piloto** de investigação-acção para valorização dos recursos endógenos, que possam, após uma fase experimental difundir resultados para utilizações de interesse regional e/ou nacional. Podem ser exemplos, entre outros, projectos nos domínio do turismo sustentável, ou de valorização dos produtos tradicionais.

5.2.2 programa prestígio - projectos estruturantes de valorização do interior do algarve

As medidas apresentadas neste Programa prosseguem fundamentalmente os seguintes objectivos:

- diversificação e qualificação do produto turístico regional;
- promoção da qualidade ambiental e valorização dos recursos naturais e da biodiversidade;
- qualificação e sustentabilidade das actividades de especialização e de consolidação da imagem do interior;
- requalificação de espaços urbano-turísticos degradados;
- promoção organizada e valorização integrada de espaços do interior.

A revitalização do interior impõe um forte conjunto de medidas de apoio ao investimento e de qualificação das pessoas, mas exige em simultâneo que seja prestada uma atenção particular, pelas entidades envolvidas, aos aspectos associados à animação das comunidades rurais e à organização dos agentes locais e dos produtores.

Este programa é criado para dar cobertura a projectos e acções que concretizem actuações transversais a todo ou parte do território de baixas densidades do Algarve ou para projectos especiais, nomeadamente, grandes equipamentos com impacto regional.

A criação de uma imagem e uma actuação em parceria que permita organizar de forma coerente a comercialização dos produtos locais e a promoção do Algarve Rural, a dinamização de programas de educação e sensibilização para a descoberta do mundo rural algarvio e a informação/divulgação (boletins mensais, base de dados e página na Internet, vídeos promocionais, brochuras, CD-ROM, exposições) são os objectivos prioritários deste Programa.

Entre os projectos especiais, temos os parques e as rotas temáticas, nas quais se inserem os Bioparques. Um Bioparque consiste essencialmente numa série de reservas naturais autóctones, jardins botânicos dispersos, conjuntos de arbustos, pequenos lagos, locais de descanso, e pontos de acesso, todos interligados por um conjunto de caminhos e carreiros mantidos para permitir passear a pé, andar de bicicleta, andar a cavalo ou burro, e uso de veículos seleccionados. O conceito-chave é a identificação e descentralização de pontos de interesse e a sua posterior cartografia, interligação e monitorização.

Outro projecto especial de valorização do potencial endógeno do interior do Algarve compreende a criação do Centro Oceanográfico de Sagres, que integrará um conjunto de equipamentos vocacionados essencialmente para fins culturais, científicos e recreativos, no âmbito da aquariologia, biologia marinha, oceanografia, educação ambiental, museologia e artes plásticas.

O apoio à cultura tradicional enquanto substracto da identidade das populações e do território, no qual se pretendem dinamizar expressões artísticas (bandas filarmónicas, música etnográfica, teatro amador, etc.) foi outra área especial de intervenção considerada neste programa.

A estrutura do Programa PRESTÍGIO integra as seguintes medidas:

- MEDIDA 5 – Promoção do Mundo Rural
- MEDIDA 6 – Apoio à Comercialização de Produtos Locais
- MEDIDA 7 – Centro Oceanográfico de Sagres
- MEDIDA 8 – Bioparque da Serra de Monchique
- MEDIDA 9 – Animação do Algarve Rural

As acções a desenvolver no âmbito do Programa PRESTÍGIO têm menor grau de liberdade de escolha, pois está definida a sua tipologia e os projectos especiais a apoiar. No entanto, deve ser garantida, em todos os projectos, coerência com a estratégia regional, assegurado o seu carácter inovador e mobilizador e/ou o seu interesse regional ou sub-regional.

medida 5 - promoção do mundo rural ⁴

O Programa de Promoção do Mundo Rural Algarvio constitui um programa de intervenções distribuído por toda a região, articulando iniciativas dos principais actores e agentes locais que contribuam para uma melhoria do nível de vida das populações do interior do Algarve, assentes na melhoria do conhecimento existente sobre esses mesmos territórios, na valorização dos seus recursos endógenos e da sua promoção turística.

Pretende-se a promoção do mundo rural algarvio baseada na valorização dos recursos aí existentes, na potenciação das iniciativas sócio-económicas, bem como numa maior dinamização de iniciativas de descoberta, conhecimento e usufruto do território por parte da população residente e de visitantes à região algarvia.

Não constitui um programa simples de promoção turística pois, para além da atracção de visitantes (regionais, nacionais ou estrangeiros) pretende-se o reforço das estruturas económicas e a preservação dos valores e da cultura local. Será baseado na concertação de actuações de base local que têm vindo a ser promovidas ao longo dos últimos anos, com o interesse em potenciar as capacidades que estes territórios apresentam de funcionarem como um excelente complemento ao turismo de sol e praia que caracteriza o Algarve, aproveitando novas oportunidades de desenvolvimento das suas economias locais.

A afirmação de uma vontade de promover turisticamente o território, reconhecendo-se a importância de trabalhar e potenciar as dinâmicas sócio-económicas locais com base nestes princípios, poderá vir a ser uma das chaves para o seu processo de desenvolvimento que garanta a preservação dos valores, culturas e espaços naturais, e de que os visitantes que se consigam atrair para estas zonas, valorizem e desfrutem com garantias da maior qualidade dos serviços, dos produtos e dos espaços de visita.

Reconhece-se a importância de se estabelecer um conjunto de iniciativas que, embora apoiadas nas diferenças e especificidades de cada sub-zona, ganhem maior visibilidade e consigam tornar mais atractivos um conjunto de locais, actividades e vivências existentes no seio do mundo rural algarvio, contribuindo-se para a dinamização económica e para a criação de infra-estruturas e serviços que funcionem não só no estrito limite das populações residentes mas que se justifiquem também pelos fluxos de visitantes que possam aí acorrer.

É pois no sentido de aproveitar as suas potencialidades, mas também com o interesse em que se estabeleçam linhas de rumo de longo prazo para enquadramento do trabalho de cada um dos actuais parceiros deste conjunto de iniciativas, que se identificaram as seguintes linhas de actuação:

- Potenciação da oferta turística existente, através de um planeamento de marketing adequado – um processo deste tipo nunca poderá ter sucesso, se não for pensado, programado e avaliado dentro do quadro de um Plano de Marketing e comunicação.
- Estabelecimento de Parcerias com todas as entidades públicas, privadas e associativas interessadas na implementação do programa.

As actividades/acções a realizar no âmbito desta iniciativa são:

- **Plano de Marketing:** prevê a elaboração de um documento que cõjuge a necessária identificação e avaliação de determinados segmentos de mercados-alvo prioritários, bem como a selecção dos produtos e serviços com melhores condições (em termos da sua capacidade de serem utilizados como produtos para uso turístico ou de lazer) de poderem funcionar como elementos de uma oferta que se pretende adaptada a esses mesmos públicos, e a qual funcione como instrumento de potenciação do mundo rural algarvio, induzindo o aparecimento de novas actividades económicas e equipamentos de apoio ao turismo no interior do Algarve. Deste documento constarão um conjunto de acções de comunicação e promoção territorial, bem como os respectivos meios privilegiados de animação e comunicação marketing.

⁴ Adaptado da Globalgarve, *Inicativas de Promoção do Mundo Rural Algarvio*, policopiado



- **Roteiro das Vilas e Aldeias do Mundo Rural Algarvio:** elaboração, organização e difusão do roteiro, incluindo-se a produção/edição de uma publicação, de um cd-rom de divulgação, bem como a preparação dos conteúdos para a sua divulgação através da Internet.
- **Percursos de Visita e Rotas Temáticas ou Especializadas:** preparação, organização e promoção de percursos de visita e rotas temáticas ou especializadas de descoberta do território, baseadas no binómio cultura (património, tradições, artesanato, gastronomia) e ambiente (sítios de interesse, paisagens), com vista a potenciar a complementaridade entre certas actividades (seleccionadas e promovidas com base em critérios de qualidade no atendimento, serviços e produtos) e a necessária preservação e respeito pelos princípios da sustentabilidade (protecção de espaços naturais, condições de vida/coesão social, emprego e dinamização económica).
- **Qualificação da oferta no sector da restauração:** elemento dos mais importantes enquanto factor de atracção ao território, a restauração deverá merecer uma especial atenção no sentido de se promover a sua qualificação, através da produção de um conjunto de normas; pretende-se ainda incluir no desenvolvimento desta acção, o estabelecimento de um certificado ou selo de recomendação para os estabelecimentos que adiram a um conjunto de recomendações e regras de "bem atender a clientela".
- **Stand de Divulgação:** concepção de um stand através do qual serão divulgadas não só as iniciativas e materiais promocionais que se venham a criar, bem como a promoção de outras iniciativas e acções de animação que se venham a justificar, dada a sua complementaridade com as actividades previstas no âmbito desta iniciativa.
- **Educação e Sensibilização Ambiental:** pretende-se, em estreita colaboração com as Direcções Regionais de Agricultura e de Educação, vir a dinamizar acções de sensibilização e divulgação sobre o Mundo Rural, junto das populações juvenis de diversas escolas de todo o Algarve, através de iniciativas de animação, concepção de folhetos e outros meios facilitadores de um maior incentivo à visita e usufruto dos espaços e recursos do meio rural algarvio.
- **Publicações:** publicação de diversas publicações, com as quais se pretende divulgar as actividades dos diversos sub-programas propostos, no sentido de informar todos os principais agentes envolvidos das várias acções e actividades a organizar.

Pretende-se envolver no projecto a Globalgarve em parceria com as Associações de Desenvolvimento Local - Vicentina, In Loco e Alcance - e em colaboração com a Região de Turismo do Algarve, Autarquias e outras entidades regionais.

medida 6 - apoio à comercialização de produtos locais ⁵

Nos últimos anos tem-se assistido a um reconhecimento das produções tradicionais de qualidade tanto pelo público consumidor (mais disponível para procurar produtos elaborados segundo os princípios de uma cadeia alimentar respeitadora da natureza e associados a um saber-fazer, e a uma origem historicamente referenciada), como pelas regulamentações nacionais e comunitárias, num "processo de gradual saída da marginalidade social e económica" .

Paralelamente, em diferentes zonas do território nacional, os problemas da valorização económica dos recursos locais e do acesso ao emprego e ao rendimento deparam-se com importantes constrangimentos de potencial demográfico, de iniciativa empresarial, de relação com factores de inovação e com o mercado.

A possibilidade de "recuperação de uma matriz produtiva com condições de valorização de mercado e de criação de emprego em meios rurais" depende de um encontro virtuoso com aquelas renovadas motivações da procura. Esse encontro conhece, na região do Algarve, desafios interessantes face aos potenciais existentes quer do lado da oferta produtiva, quer do lado da procura, não obstante as condicionantes que importa conhecer e contrariar com soluções concretas.

A base de referência dos produtos tradicionais do Algarve é relativamente larga, uma diversidade que tem associada características naturais locais, potencialidades edafo-climáticas específicas, saberes-fazer singulares, tradições produtivas e de uso dos recursos da terra e do mar próprias, num território que se estende policromo da plataforma litoral à Serra.

A tipologia seguinte procura reflectir a densidade de produtos tradicionais existentes na região do Algarve e que possuem valor acrescentado local:

1) Produções primárias

- pomar tradicional de sequeiro (amêndoa, figo, azeitona, alfarroba,...);
- culturas de regadio (laranja, tangerina, figo fresco, batata doce, uva de mesa,...);
- actividades pecuárias (cabra e cabrito algarvios, ovelha e borrego de raça churra,...);
- produção florestal (cortiça, outras espécies mediterrânicas, ...);
- ervas aromáticas (poejo, salva, oregãos, ...);
- outras (frutos silvestres - medronho, amora, figo de pita; perceves de Aljezur; ...).

2) Transformação de produtos agro-alimentares

- produtos da terra (derivados de alfarroba, doces regionais de amêndoa, azeitona britada e de sal, mel, ...);
- produtos derivados da pecuária (enchidos - chouriço, farinheira, morcela, molhe; carne de cabrito algarvio e de borrego de raça churra, queijo de cabra fresco e curado,...);
- produtos do mar (extracção e transformação de sal marinho, flor de sal, peixes secados,...);
- licores (laranja, tangerina, figo, alfarroba, marmelo, poejo,...) e aguardente de medronho.

3) Artesanato útil e de decoração

- cestaria, olaria de barro, utensílios em cobre, trabalhos em juta, ráfia, linho, madeira, ...

⁵ Cf. Oliveira das Neves, A., *Condicionantes e Potencialidades dos Produtos Tradicionais da Região do Algarve*, Faro, 2001, policopiado

Estas produções têm uma história na região e um espaço importante nas estratégias de acumulação e de rendimento dos seus produtores e respectivas famílias.

Estamos em presença de produções caracterizadas pela pequena escala que procuram encontrar o equilíbrio difícil entre custos unitários mais elevados e mercados de valorização com boa capacidade aquisitiva, compostos, nomeadamente, por consumidores directos, unidades de alojamento e restauração e indústrias, dependentes da natureza e qualidade dos inputs primários/matéria-prima.

Em áreas de baixa densidade (demográficas, de investimentos públicos e privados, de actividades, de projectos, de competências, de relações) a experiência demonstra a vantagem de intervenções cujos conteúdos, além de fortemente enraizados no local, se baseiem em conjuntos consistentes e articulados de acções e integrem permanentemente mais informação, mais conhecimento, mais inovação.

É necessário desafiar a capacidade de internalização da inovação pelas empresas, ou seja, apelar a uma nova atitude que interiorize a inovação como instrumento que cria recursos de produção de riqueza e/ou desenvolve recursos já existentes.

A abordagem do artesanato algarvio e das produções alimentares regionais, deverá passar, fundamentalmente, por uma refuncionalização dos seus objectos, por novas formas de tornar os produtos vendáveis, por novos circuitos de comercialização. Assim devem-se recriar os produtos tradicionais, incorporando os motivos do mundo rural e da envolvente ao local da criação, mas dando aos produtos funcionalidades adaptadas aos usos urbanos.

Nesta lógica de actuação é importante actuar ao nível da concepção dos produtos, da embalagem e rótulo, da estratégia de marketing, promoção e distribuição. A intervenção em toda a cadeia de produto deve ter em conta duas questões: a idade e as resistências à inovação dos produtores rurais existentes; a formação de jovens nas áreas a montante e a jusante da produção por forma a criar bases sustentáveis para o desenvolvimento da actividade, após a intervenção agora prevista.

Com o **projecto inovação em design** pretende-se responder favoravelmente às questões colocadas, criar novas formas e encontrar novas funções para os produtos artesanais (cortiça, olaria, tecelagem, tapeçaria, cestaria, etc.) e novas embalagens para os produtos agro-alimentares algarvios (licores, entre outros).

O projecto tem duas fases: uma primeira de contacto com os artesãos, de compreensão dos estrangulamentos e potencialidades das actividades desenvolvidas e de conhecimento dos mercados; uma segunda fase de oficina onde se vai trabalhar na inovação dos produtos. O resultado esperado deste são um conjunto de propostas concretas para valorizar os produtos algarvios.

O êxito deste projecto ligado ao design dos produtos locais depende dos efeitos de proximidade e de envolvimento efectivo das organizações parceiras com os agentes beneficiários deste trabalho e da metodologia de aproximação que se faça às questões operacionais. Por estas razões e pelo facto de se tratar de um trabalho cujo interface se faz com entidades privadas considerámos fundamental a constituição no terreno de um parceria entre a Agência de Desenvolvimento Regional – GLOBALGARVE, as ADL e o Centro Português de Design.

medida 7 - centro oceanográfico de sagres ⁶

A criação de um Centro Oceanográfico em Sagres (C.O.S) para o desenvolvimento de actividades culturais e científicas nos domínios da Aquariologia, Biologia Marinha, Oceanografia e Museologia, conforme proposta da Fundação Oceanis, poderá assumir um papel estruturante na revitalização das áreas de Baixa Densidade da Região do Algarve e, em particular, da Costa Vicentina.

Pretende ser um investimento estruturante e gerador de negócio para toda a região. Esta estrutura enquadra-se na política regional de investimento, no sentido da requalificação da oferta, que tem vindo a ser implementada e que visa tornar o produto "Algarve" mais completo e atractivo.

⁶ Adaptado de Deloitte & Touche, Centro Oceanográfico de Sagres – Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (versão preliminar), Lisboa, 2002, polícopiado



O C.O.S. foi planeado tendo em consideração dois aspectos fundamentais:

- A necessidade de sensibilizar o grande público para as questões mais pertinentes relacionadas com o mundo aquático e, em particular, com os oceanos;
- A intenção de ser um exemplo de equipamento multidisciplinar, profundamente integrado nas potencialidades (naturais, históricas e turísticas) da região, constituindo com as suas valências e actividades um contributo para o desenvolvimento sustentável do concelho e de todo o Algarve.

O C.O.S. será uma importante mais valia para a região constituindo-se como pólo de atracção turística, não só pela existência do Aquário, mas também através das manifestações culturais que promoverá.

Os objectivos essenciais a cumprir são:

- Oferecer um espectáculo que atraia e cativa o visitante.
- Garantir um "timing" certo para a reposição das exposições (museu e espaço de exposições – Núcleo B) por forma a garantir uma continuidade da procura.
- Garantir um elevado padrão de qualidade em todos os serviços prestados.
- N.º médio de visitantes/ano: 500.000
- Ser auto-sustentável

Tendo por base um Aquário e um Museu do Mar, que constituem o Núcleo A, a concepção do C.O.S. inclui mais três pólos que potenciarão as valências inerentes aos primeiros: Núcleo B – Núcleo das Ciências e das Artes; Centro de Apoio ao C.O.S. ; Núcleo C- Estação Piloto de Aquariologia (EPA).

A componente com maior impacto e atracção no C.O.S. será a exposição de exemplares vivos de espécies aquáticas. Pretende-se que o Aquário seja uma mostra dos povoamentos aquáticos do mundo, incluindo as águas continentais, uma vez que estas últimas representam uma parte muito importante da biodiversidade global.



medida 8 - bioparque da serra de monchique ⁷

O Bioparque de Monchique (Parque de Lazer Ambiental) é a designação para um território mais ou menos vasto onde se pretendem conciliar os aspectos de conservação da natureza, das paisagens e a revitalização das actividades agrícolas.

1. Conservação da natureza e das paisagens

As paisagens rurais são constituídas por mosaicos ou manchas das diversas culturas, surgindo a floresta ou a mata como enquadramento geral na construção cénica da paisagem e como matriz principal no seu funcionamento ecológico.

As espécies da Natureza adaptaram-se durante muitos séculos ao ordenamento que os homens impuseram à paisagem através dos ecossistemas de substituição e muitas dessas espécies desaparecem se a paisagem voltar a ser apenas floresta. Assim, se quisermos proteger e conservar a Natureza numa região como a Serra de Monchique, temos de conservar a sua paisagem, bela e diversificada, e isto exige a manutenção das actividades que a modelaram.

2. Revitalização das actividades agrícolas

O Bioparque de Monchique terá como limites de intervenção os limites que correspondem ao Sítio Natura 2000 que foi oficialmente apresentado, e que se estende para concelhos vizinhos do de Monchique.

Será necessário repor parte da actividade agro-pecuária que, até há poucos anos, mantinha a paisagem que todos admiram e se quer conservar, através das seguintes iniciativas: revitalização das propriedades agrícolas e reactivação de antigas explorações familiares.

⁷ Adaptado de Pessoa, Fernando, *Bioparque de Monchique – Apontamentos para os termos de referência*, Faro, 2002, policopiado

3. Criação de pontos de apoio aos visitantes

Para que o Bioparque acolha os visitantes é preciso estimular a criação de alojamentos. Trata-se de restaurar casas degradadas espalhadas pelas diversas propriedades que constituem o "núcleo duro" do projecto, e que serão geridas por uma associação local que se dedique ao Bioparque, ou pelos próprios concessionários das "quintas biológicas" ou "quintas pedagógicas".

Trata-se também de estimular, em casas rurais particulares hoje ainda existentes em vários pontos, por vezes remotos, da Serra, a manutenção de alguns quartos para alugar a visitantes, geridos por uma pequena "central de reservas".

Importa também constituir alguns apoios de campismo, que não serão parques de campismo, mas apenas pequenas áreas bem definidas no terreno onde será permitido montar algumas tendas (não caravanas) com apoio em sanitários, balneários e pontos de cozinha que serão os únicos locais onde será possível fazer fogo.

4. Reabilitação de actividades económicas tradicionais

Na perspectiva do Bioparque poderão ser revitalizadas e incrementadas actividades como o fumeiro, os queijos de cabra e ovelha, o mel com certificado de garantia, a aguardente de medronho, etc.

Poderá pensar-se em zonas de caça turística ou associativa, dentro de limites asseguradamente compatíveis com a manutenção de todas as espécies selvagens.

5. Rede de caminhos

Para desfrutar das belezas e das ofertas que a região do Bioparque proporciona, é preciso criar uma rede de circulação que preveja diversos tipos de visita:

- percursos motorizados, apenas nos eixos e acessos principais, não invadindo as áreas mais sensíveis e que serão para "descobrir" a pé;
- percursos só para peões: veredas de montanha;
- percursos de bicicleta;
- percursos eventualmente equestres;
- percursos mistos em que se compatibilizam algumas das anteriores modalidades

6. Estímulo à investigação e ao estudo

O Bioparque deve fomentar uma componente de investigação e de estudo, apoiada quer pelas Universidades, quer por organismos ou associações deste ramo, bem como por entidades como a CCR Algarve, a Direcção Regional de Agricultura, a Direcção Regional de Ambiente, as Câmaras Municipais, etc.

Esta componente deverá poder dispor de um Centro onde se possam albergar os investigadores com a finalidade de estudar os valores da região, como:

- conhecimento biofísico e climático;
- conhecimento dos "saberes " rurais;
- conhecimento do património cultural, material e imaterial;
- pesquisa arqueológica e histórica.

A organização do Bioparque nestes moldes, com a colocação em funcionamento das casas das quintas pedagógicas, das hortas e dos pomares, dos currais, das produções caseiras alternativas, dos vários tipos de oficinas de artesanato, acaba por se enquadrar, mesmo sem essa designação afixada, nas propostas de ecomuseologia.

A tipologia de projectos a integrar nesta intervenção inclui a criação de rotas interligadas, a designação de potenciais pontos de interesse, a identificação de possíveis áreas-exemplo para a conservação e plantação de árvores, a construção de zonas ajardinadas (locais de descanso, de observação, para piqueniques), a construção de pequenas barragens (para pesca, para nadar e para auxiliar no combate aos fogos), a implementação de sistemas de sinalização, a promoção do artesanato tradicional, a recuperação de pequenas quintas, a construção de quiosques e áreas de serviço em lugares de acesso e entrada, o alojamento em pequena escala, e a produção de informação e materiais educacionais (divulgação e marketing).

medida 9 - animação do algarve rural

No âmbito do apoio à cultura tradicional pretende-se dinamizar actividades de animação nas Áreas de Baixa Densidade.

Dentro das áreas de baixa densidade vários espaços se destacam no panorama regional pelo seu valor patrimonial (histórico e/ou construído), pelo seu valor paisagístico, pelo seu potencial de atractividade turística e a "vivência" das suas aldeias. É em toda a área de baixa densidade, com incidência nas suas aldeias, que se pretende intervir através de um **programa de animação**.

Com este programa de animação pretende-se introduzir e recuperar um conjunto de acções de animação e desenvolver a cultura popular e tradicional do Algarve nas sub-regiões da Costa Vicentina, Serra de Monchique, Barrocal, Serra do Caldeirão, Guadiana e Nordeste Algarvio.

Para tal, serão definidos eixos temáticos para o programa, que se expressem localmente em cada sub-região atrás referida a partir de elementos que as caracterizem e permitam dar coerência ao programa no seu todo.

Os eixos temáticos podem surgir em torno de um elemento de referência cultural, da natureza, da paisagem, de um evento tradicional, de uma actividade desportiva, etc., e devem permitir mobilizar um conjunto de iniciativas nos diversos domínios de interesse que podem configurar um programa de animação.

Um dos eixos temáticos deverá incidir nas aldeias que são já objecto de uma iniciativa de revitalização: Budens, Carrapateira, Caldas de Monchique, S. Marcos da Serra, Paderne, Querença, Estoi, Cacela Velha, Cachopo, Vaqueiros, Odeleite.

O programa terá por base as temáticas locais escolhidas para as aldeias que estejam já identificadas nos respectivos planos de intervenção e, após consulta dos grupos de trabalho das "Aldeias do Algarve", dar-lhe a desejável transversalidade e coerência.

No programa deverão surgir as várias ideias de animação das sedes de concelho (e das aldeias) das sub-regiões do interior algarvio, através da apresentação do guião de cada uma das produções e propostas de animação. As actividades de animação deverão incidir individualmente sobre cada sede de concelho (e aldeias que com ela estabelecem relações preferenciais), adaptar-se às novas tendências, abranger todos os grupos etários, envolver população local e visitante e, de preferência, conter elementos inovadores.

A questão da inovação é de facto essencial, nomeadamente, através de propostas cujo conteúdo possa ter um efeito "surpreendente" e possa projectar externamente os elementos, a cultura e os valores associados aos territórios de baixa densidade. Assim, sairão reforçadas as condições de atractividade do interior.

O programa deverá conter os respectivos eixos temáticos e as várias ideias de animação para as sub-regiões do interior algarvio, através da apresentação do guião de cada uma das produções e propostas de animação (por exemplo, poderão ser apoiados festivais, feiras, exposições, outras actividades culturais, etc.).

A apresentação do guião de produção e propostas de animação deverá propor actuações sustentáveis para o espaço rural e promover o seu desenvolvimento integrado, tendo em conta que as componentes do programa deverão ser articuladas com as iniciativas das autarquias respectivas, com os parceiros locais e com a CCR Algarve.

Na definição do tema estarão, presentes os seguintes elementos:

- a) um lugar (núcleo urbano ou aldeia) ou um conceito;
- b) sociabilidades ou sensibilidades próprias da área de intervenção;
- c) um imaginário decorrente das representações colectivas ou da identidade social;
- d) outros elementos inovadores.

Assim, em torno de cada um dos concelhos deverão desenvolver-se iniciativas de animação local que, baseadas na temática da sub-região em que se inserem, permitam promover a sua especificidade e afirmar a sua personalidade.

5.2.3. programa sofia - redes de inovação e conhecimento

As medidas apresentadas neste Programa prosseguem fundamentalmente os seguintes objectivos:

- valorização do potencial endógeno;
- promoção de novas fontes energéticas e de tecnologias de construção orientadas para a preservação da construção tradicional e para poupança e valorização energética;
- estruturação de redes de apoio à difusão do conhecimento e da inovação científica e tecnológica;
- fixação de recursos de excelência orientados para a competitividade das actividades de especialização regionais;
- reforço dos índices de valor acrescentado regional, através dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da sociedade da informação.

Neste domínio, as acções facilitadoras para o desenvolvimento local compreendem os estudos, projectos e acções imateriais que permitam apoiar a componente material de todas as outras acções.

A constituição de centros de conhecimento apresenta-se como uma medida de dinamização dos espaços de baixa densidade, contribuindo para a valorização dos recursos endógenos da região. Os centros de conhecimento pretendem ajudar a reflectir sobre o estado de alguns recursos na região, as suas problemáticas e possíveis soluções. Podem associar às vertentes de animação e divulgação a vertente de investigação.

No âmbito das acções associadas à inovação e conhecimento, há que realizar estudos que conduzam à identificação de oportunidades e incentivo ao uso de novas fontes energéticas, nomeadamente a energia solar e tecnologias de construção que preservem a imagem tradicional e se orientem para a poupança e valorização dos recursos energéticos.

Ainda neste domínio incluem-se as tecnologias de informação e comunicação, no âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação. Pretende-se criar as competências necessárias para o desenvolvimento do Algarve Digital nas áreas do interior.

A estrutura do Programa SOFIA integra as seguintes medidas:

- MEDIDA 10 – Centros de Conhecimento
- MEDIDA 11 – Planos de Formação

medida 10 - centros de conhecimento

Neste domínio pretende-se criar estruturas, privilegiando a recuperação de espaços já existentes, para desenvolver acções associadas à inovação e ao conhecimento, que promovam a reflexão sobre os recursos estratégicos da região com interesse directo para os espaços de Baixa Densidade.

A criação destes centros visa atrair conhecimento regional, nacional e/ou estrangeiro, através de parcerias alargadas, a Autarquias, Universidades, outras Instituições de Investigação, Organismos da Administração Pública Desconcentrada, Organizações Não Governamentais, Fundações, Associações e Confederações, entre outros.

A área da cultura constitui um factor de grande relevância, aspecto que se encontra particularmente reforçado no que respeita ao Algarve. O domínio da história e da arqueologia revela-se, neste quadro, de extrema importância. A partir do relatório que reflecte a situação actual da arqueologia e do património

arqueológico no Algarve, promovido pela CCR Algarve, segue-se a definição dos principais eixos de intervenção, trabalho que será dinamizado pela CCR Algarve, no sentido de ser desenvolvida uma iniciativa regional no âmbito da arqueologia, envolvendo o Instituto Português de Arqueologia, a Universidade do Algarve, as Câmaras Municipais e a CCR Algarve.

O processo de constituição de um laboratório ou uma rede de laboratórios de apoio à investigação (e à conservação e restauro) em arqueologia na Universidade do Algarve, deveria seguir os seguintes passos:

- 1) apresentação de uma proposta à CCR pela Universidade do Algarve, definindo os parâmetros do projecto – áreas científicas a desenvolver, pessoal que protagonizará esse desenvolvimento, instalações a usar ou construir para albergar o laboratório, modalidades de interacção do laboratório com a arqueologia regional, calendarização e orçamento do projecto, etc.;
- 2) sobre tal proposta, o Instituto Português de Arqueologia, consultado o seu Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências e, eventualmente outras entidades externas como o Instituto Português de Conservação e Restauro e o Instituto Tecnológico e Nuclear, elaboraria um parecer técnico que ajudasse a CCR a fundamentar uma decisão relativamente à proposta da Universidade do Algarve;
- 3) havendo aprovação do projecto, o Instituto Português de Arqueologia apoiaria a CCR e a Universidade do Algarve na fase de implementação, nomeadamente através da elaboração de pareceres ou da participação de investigadores dos seus quadros no apoio técnico de que o laboratório venha a precisar, sobretudo na sua fase inicial.

medida 11 - planos de formação

A intervenção sobre a área da formação remete para a necessidade de ser estruturado um programa de formação, especificamente dirigido às necessidades de formação para a animação sócio local, para a iniciativa empresarial local de pequena escala e serviços de proximidade, para o desempenho técnico (de gestão e execução) associado à diversidade de projectos dos produtores directos e outros agentes locais.

Estas actividades de formação deverão suportar-se num adequado diagnóstico das necessidades de formação das instituições mas também das necessidades e aspirações das comunidades locais, por forma a que os destinatários prioritários das acções estejam devidamente identificados.

Estas actividades de formação não dispensam a articulação entre a CCR, o IEF, a ANEFA e as ADL, no sentido de assegurar o desenvolvimento de uma metodologia que responda às necessidades de formação ligadas às especificidades locais, de natureza social, cultural, educacional, económica e organizacional.

Nesta perspectiva pretende-se desenvolver um "mix" de acções concertadas que possam abranger, entre outros, os vectores seguintes:

1. Formação Pedagógica Inicial de Formadores para a Intervenção no Desenvolvimento Local

Trata-se de capacitar os técnicos para o planeamento, execução e avaliação de acções de formação requerida pela dinâmica de promoção do desenvolvimento local no território de intervenção das Associações de Desenvolvimento local.

A formação pedagógica inicial de formadores pretende atingir os seguintes objectivos:

- Melhorar a qualidade pedagógico-didáctica da formação profissional promovida pela entidade;
- Capacitar um número significativo de técnicos que trabalham em desenvolvimento local nas áreas do planeamento e execução de acções de formação profissional no quadro de uma abordagem territorial;
- Capacitar esses mesmos técnicos para a disseminação das práticas pedagógicas, no sentido de proporcionar um efeito multiplicador.



Como resultados desta iniciativa de formação pedagógica inicial de formadores de técnicos de desenvolvimento local, espera-se:

- reconhecimento das competências formativas dos técnicos;
- planeamento e execução de acções de formação mais adaptadas às necessidades do público-alvo.

2. Formação para Agências/Associações Desenvolvimento do Algarve

O objectivo geral desta acção é promover a consolidação e qualificação técnica das Agências/Associações de Desenvolvimento, assegurando-lhes competências que facilitem a sua capacidade de gestão de diferentes tipologias de projectos, induzindo novos processos e formatos de trabalho.

Os objectivos específicos definidos são:

- potenciar a possibilidade de criar grupos de formandos aglutinando num mesmo pacote de formação, pessoas vindas de diferentes entidades e sub-regiões do Algarve, facilitando não só o acesso à formação como ainda a constituição de grupos com massa crítica suficientes para assegurar o funcionamento das iniciativas de formação;
- assegurar a criação de competências em domínios específicos, nomeadamente no campo da gestão, economia local e regional, novas tecnologias, dinâmica de grupos e gestão de projectos;
- consolidar os conhecimentos dos colaboradores das entidades envolvidas em áreas complementares à sua formação inicial;
- estimular processos de transferência de "saber-fazer" num plano concreto de estudo de instrumentos, projectos e modelos de gestão de projectos.

3. Formação geral

No trabalho de intervenção para o desenvolvimento local verifica-se com frequência que a actuação dos diversos agentes não produz os resultados esperados, ou seja, não se atingem, integral ou parcialmente, os objectivos propostos pelas diferentes acções levadas a cabo.

Por isso, entende-se ser necessário dotar os agentes que intervêm em acções concretas, sejam de formação ou outras, de meios capazes de responder com eficácia à situação descrita. É igualmente importante que, na sua actuação, estes agentes estejam em condições de favorecer a evolução e qualificações das populações com quem trabalham, por forma a aumentar as suas capacidades individuais e colectivas de iniciativa e de capacidade de mudança. Considera-se ainda importante capacitar tecnicamente elementos locais, nomeadamente os jovens à procura do primeiro emprego ou desempregados, para poderem assegurar actividades de valorização, animação e gestão dos recursos do património – ambiental e cultural.

Engloba dois tipos de acções de formação dirigidas a:

- a) agentes de desenvolvimento e/ou técnico de diversas entidades (ADL, associações de carácter social ou recreativo e cultural, associações de valorização ambiental etc.);
- b) elementos da população, concretamente, jovens à procura de primeiro emprego ou desempregados.

6.

quadro financeiro indicativo

quadro financeiro indicativo

O quadro financeiro indicativo do Plano Estratégico para as áreas de Baixa Densidade é o que a seguir se apresenta, discriminado por Programas.

Quadro Financeiro Indicativo

unid.: Euros

PROGRAMA	CUSTO TOTAL	Fundos Estruturais				Recursos Nacionais
		Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	
PROLOCAL - Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve	31 593 234	20 478 900	14 478 900	0	6 000 000	11 114 334
PRESTÍGIO - Projectos Estruturantes e Equipamentos de Apoio ao Desenvolvimento *	19 079 004	10 150 000	9 550 000	0	600 000	8 929 004
SOFIA - Redes de Inovação e Conhecimento	8 660 800	6 205 100	2 126 100	4 079 000	0	2 455 700
TOTAL	59 333 038	36 834 000	26 155 000	4 079 000	6 600 000	22 499 038

Valores médios de co-financiamento: 70% FEDER, 70% FSE, 55% FEOGA-O. * Inclui 2 500 000 euros PIPITAL

O Plano de Acção do Eixo 2 assegurará a adequada afectação do FEDER e do FSE, tendo presente, respectivamente, as acções, tipologias de projectos e condições de acesso estabelecidos nas medidas desconcentradas do PROALGARVE aplicáveis.

O estabelecimento de Planos de Acção detalhados entre os parceiros intervenientes, nomeadamente, as aldeias do Algarve e as Redes Temáticas e funcionais, estabelecendo os projectos, o seu cronograma de execução e o respectivo orçamento previsional, deve obedecer ao Plano de Financiamento a seguir proposto.

O PROLOCAL será financiado à taxa máxima de 70%, os projectos candidatados ao PRESTÍGIO deverão ser financiados a uma taxa máxima de 70% e os Centros de Conhecimento a 75%.

O Plano de financiamento do Eixo 2 do PROALGARVE, é o que a seguir se apresenta:

Plano de Financiamento do Eixo 2

Unid.: Euros

PROGRAMA	CUSTO TOTAL	FUNDOS				Recursos Nacionais	
		Total	%	FEDER	FSE	Nacionais	Fontes de Financiamento
PROLOCAL - Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve							
- Aldeias do Algarve	10 541 286	7 378 900	70%	7 378 900		3 162 386	Municipais
- Redes Temáticas	4 000 000	2 800 000	70%	2 800 000		1 200 000	Municipais / Sectoriais
- Renovação Urbana	4 000 000	2 800 000	70%	2 800 000		1 200 000	CCR / Municipais
- Valorização do Potencial Endógeno / Projectos-Piloto	2 142 857	1 500 000	70%	1 500 000		642 857	CCR / Outros
SUBTOTAL	20 684 143	14 478 900		14 478 900	0	6 205 243	
PRESTÍGIO - Projectos Estruturantes e Equipamentos de Apoio ao Desenvolvimento							
- Promoção do Mundo Rural	1 750 000	1 050 000	60%	1 050 000		700 000	CCR / RTA
- Comercialização de Produtos Locais	714 286	500 000	70%	500 000		214 286	CCR / Sectoriais
- Centro Oceanográfico de Sagres	10 000 000	6 000 000	60%	6 000 000		4 000 000	PIPITAL / Fundação Oceanis
- Bioparque da Serra de Monchique	1 857 143	1 300 000	70%	1 300 000		557 143	PIPITAL / Municipais
- Animação do Mundo Rural Algarvio	1 166 667	700 000	60%	700 000		466 667	CCR / Municipais
SUBTOTAL	15 488 095	9 550 000		9 550 000	0	5 938 095	
SOFIA - Redes de Inovação e Conhecimento							
- Centros de Conhecimento	2 834 800	2 126 100	75%	2 126 100		708 700	CCR / Outros
- Planos de Formação	5 826 000	4 079 000	70%		4 079 000	1 747 000	
SUBTOTAL	8 660 800	6 205 100		2 126 100	4 079 000	2 455 700	
TOTAL	44 833 038	30 234 000		26 155 000	4 079 000	14 599 038	

7.

complementaridade de instrumentos

8.

coordenação e avaliação

7. complementaridade de instrumentos

Dado o carácter multisectorial desta intervenção, o Plano Global de Intervenção do Eixo 2 constitui a componente imperativa do Plano Estratégico, apoiando um conjunto de investimentos base para a concretização da estratégia definida, e uma componente indicativa que reflecta um conjunto de intenções de projectos que deverão seguir uma lógica concorrencial de candidatura a diversos instrumentos de política, incluindo as Iniciativas Comunitárias.

Para cada medida deverá identificar-se, sempre que possível, os projectos e as acções que se inserem na componente desconcentrada do Eixo 3, particularmente dos P.O. da Agricultura, Economia e Emprego, bem como a complementaridade com outros projectos no âmbito do PROALGARVE inseridos no Eixo 1, Medidas 1 e 4, o que deverá ser assegurado em articulação com a CCR Algarve e os Municípios interessados.

Particularmente nos Planos de Intervenção das Aldeias deverão ser indicadas as acções a desenvolver, cronograma de execução, plano de investimento anualizado, respectivas fontes de financiamento, mecanismos de controlo de execução, descrição das formas de articulação com outros projectos.

Os Planos de Intervenção das Aldeias deverão ter em linha de conta que projectos inovadores de carácter "piloto", temáticos, privilegiando parcerias horizontais e redes de cooperação, deverão ser orientados para a iniciativa comunitária LEADER +. Por isso a elaboração daqueles Planos deve proporcionar que em simultâneo os actores locais, futuros beneficiários da participação financeira do LEADER + e parceiros constituintes dos "Grupos de Acção Local" (GAL) desenhem desde logo uma estratégia concertada em termos de desenvolvimento das zonas rurais, garantindo a complementaridade do LEADER + em relação a outros programas comunitários. Implica uma concertação de esforços, particularmente entre as ADL, a DR de Agricultura e a CCR Algarve.

8. coordenação e avaliação

Com vista à simplificação administrativa e à melhor operacionalidade de articulação com os actores regionais e locais, as estruturas organizacionais devem socorrer-se de preferência de estruturas estabelecidas, técnica e institucionalmente, que assegurem a execução do Plano e o seu acompanhamento. Neste sentido, considera-se não dever ampliar a complexidade das actuais estruturas de gestão no seio do PROALGARVE.

No capítulo da Avaliação, e sem prejuízo da avaliação que se efectuará em conformidade com o quadro institucional já definido para o QCA III, o Plano Estratégico será acompanhado pela CCR Algarve em parceria com outras entidades intervenientes no Plano.



ficha técnica

Edição, Redacção e Propriedade:
CCR Alg – Comissão de Coordenação da Região do Algarve
Praça da Liberdade, 2 | 8000-164 Faro
Tel. 289 895 200 Fax 289 803 591
E-mail: ccra@ccr-alg.pt
www.ccr-alg.pt

Design e Produção:
Logicamente

Apoio:
Fundos Estruturais, União Europeia

Tiragem: 2.000 exemplares
ISBN: 972-643-127-1
Depósito Legal: 00000
Agosto 2002

